EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE

Danillo Reis da Mata

**O INCIDENTE DA
DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA
NO NOVO CPC**

Danillo Reis da Mata

O INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CPC

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mata, Danillo Reis da
M425O O INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO
NOVO CPC Danillo Reis da Mata. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

50 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl244

ISBN: 978-65-89145-86-8

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. direito-civil 2. pessoa-jurídica 3. desconsideração-da-personalidade-jurídica I. Mata, Danillo Reis da II. Título

CDU: 340

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl244>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Anderson Reis de Sousa

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2020

10.37423/2021.edcl244

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso possui como tema o incidente da desconsideração da personalidade jurídica no Novo Código de Processo civil, tendo como objetivo a análise do incidente sob a ótica do NCPC. Buscando comprovar se a regulamentação do incidente da desconsideração trouxe mais segurança e um processo mais justo para ambas as partes envolvidas no processo, além de abordar sua evolução história desde seus primórdios até o advento atual, os demais institutos e teorias que a ele se relacionam e seu tratamento judicial, suas formas e teorias. Utilizando-se do método dedutivo visando responder o seguinte problema: a regulamentação do incidente no CPC garantiu o contraditório para os sócios diante de um pedido de desconsideração da personalidade jurídica?

Se faz bastante relevante o tema, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica é um instrumento legal utilizado para evitar fraudes contra credores além de ter sofrido várias modificações com o passar do tempo objetivando um processo mais célere e seguro.

Palavras-Chave: Incidente. Personalidade Jurídica. Desconsideração. Instituto. Novo Código de Processo civil.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 DA PESSOA JURÍDICA	6
2.1 CONCEITO	6
2.2. TEORIAS	9
2.2.1. TEORIA INDIVIDUALISTA	10
2.2.2. TEORIA DA FICÇÃO	10
2.2.3. TEORIA DA VONTADE.....	11
2.2.4. TEORIA DO PATRIMÔNIO DA AFETAÇÃO.....	12
2.2.5. TEORIA DA INSTITUIÇÃO	12
2.2.6. TEORIA DA REALIDADE ORGÂNICA.....	13
2.2.7. TEORIA DA REALIDADE TÉCNICA	14
2.3. CONDIÇÕES PARA CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	16
2.4. DIVISÕES	18
3. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	20
3.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	21
3.1.1. O SURGIMENTO	21
3.1.2. CAMINHO PARA A POSITIVAÇÃO	25
3.1.3. A CHEGADA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO BRASIL.....	26
3.2. CONCEITO	27
3.3. MODALIDADES, TEORIAS E FORMAS	31
4. INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA SOB A ÓTICA DO NCPC E O CONTRADITÓRIO	33
4.1. DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA	39
4.2. O INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE E O CONTRADITÓRIO	41
5. CONCLUSÃO.....	43
6. BIBLIOGRAFIA	45

1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho tem por análise o incidente da desconsideração da Personalidade jurídica sob a ótica do novo Código de processo civil (Lei Nº 13.105, de 16 de Março de 2015), incidente este que foi positivado pelo próprio CPC de 2015, haja vista que, antes dele o Instituto da desconsideração da personalidade jurídica era discutido em vias jurisprudenciais e doutrinárias, uma vez que o CPC de 1973 não fazia nenhuma alusão ao tema.

Com esta inovação trazida pelo CPC de 2015 nos artigos 133 ao 137 veio a materialização do Instituto da desconsideração da personalidade jurídica na forma do incidente processual, com a função de trazer mais segurança ao instituto além de garantir de forma mais justa e eficiente o contraditório e ampla defesa as partes do processo.

Diante do exposto percebe-se que, o novo código de processo civil procurou regularizar o instituto da desconsideração da personalidade jurídica de modo a trazer ganhos em questões de razoabilidade, segurança, visando poder analisar melhor as razões e pedidos sobre tal processo, mas será mesmo que este incidente garantiu o contraditório para os sócios diante de um pedido de desconsideração da personalidade jurídica?

Levantou-se como hipótese que o incidente de desconsideração da personalidade jurídica assegura sim o contraditório para os sócios.

O objetivo geral deste trabalho é de analisar a desconsideração da personalidade jurídica sob a ótica do novo código de processo civil. Já seus objetivos específicos são: a análise da evolução história do instituto da desconsideração; o estudo da pessoa jurídica, seu conceito, teorias e formas; o estudo do instituto da desconsideração da personalidade jurídica; e a análise, do incidente da desconsideração mediante o contraditório.

Utilizando para responder esta pergunta o método dedutivo, se baseando-se em diversos autores como Humberto Theodoro Junior, Flavio Tartuce, Maria Helena Diniz, Carlos Roberto Gonçalves, Marlon Tomazette, Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho entre outros autores, além do uso da lei.

Interessante citar ainda que o instituto e o incidente são de total relevância a sociedade, uma vez que criam uma possibilidade de ressarcimento a alguém que foi lesado, além de ser um instrumento legal que passou por varias modificações e possui diversas teorias que enriqueceram seu estudo até enfim ser positivado.

Busca-se esta resposta tratando também neste trabalho a respeito da evolução histórica, mostrando como foi o surgimento da própria teoria, de seus leading cases, como era abordado dentro dos países aos quais se utilizavam o Common law e sua chegada no Brasil.

Interessante citar que é abordado quanto ao tema pessoa jurídica, trazendo tudo sobre seu conceito, questões relacionadas a suas teorias natureza jurídica e sua importância não só para o instituto da desconsideração quanto para o direito em si.

Logo após a explicação do que baseia e norteia o princípio, teoria e instituto da desconsideração da personalidade é abordado sobre o próprio. Trazendo todos os aspectos quanto a sua posituação dentro do código civil, seu conceito, modalidades e formas.

E por fim é abordado quanto a aplicação do incidente da desconsideração da personalidade jurídica através do NCPC, mostrando assim se de fato a posituação do incidente trouxe um contraditório justo no processo.

2 DA PESSOA JURÍDICA

Para que exista um melhor aproveitamento a respeito do estudo é importante conceituar primeiramente o que seria a tão famosa Personalidade jurídica. Logo, este capítulo se encarregará desta explanação e tratando ainda questões relacionadas à Pessoa jurídica.

2.1 CONCEITO

Entre as características humanas uma que sempre foi muito marcante é fato de que o ser humano é um ser gregário, pois constatou-se que várias pessoas juntas podem sobreviver e se desenvolver melhor, conforme nos é dito por Requião e Cerqueira (2017). Ainda tratando sobre essa ideia é interessante lembrar do brocardo em latim: *ubi homo, ibi societas*, que significa: onde há homem há sociedade, conforme nos traz Filho, Oliveira e Junior (2017).

Pensando no termo pessoa jurídica se faz importante citar o que é escrito por Genacéia da Silva Albeton, quanto a sua conceituação.

A existência de entes sociais que, num esforço comum, transcendem as atividades individuais por estarem agregadas para alcançar determinadas finalidades, levaram o direito, ao lado das pessoas naturais, reconhecer as pessoas jurídicas como entes capazes de direitos e obrigações.

A pessoa jurídica, enquanto ente incorpóreo não se confunde com a pessoa física. Dela se distancia, adquirindo patrimônio autônomo, exercendo direitos em nome próprio. Por isso, em princípio, as pessoas jurídicas podem estar em

juízo, como autoras ou como rés, sem que isso se reflita na pessoa daqueles que a constituíram. (ALBERTON, 1993, p. 1-2)

Tendo em vista a mesma linha de pensamento podemos citar o que é dito por Pablo Stolze (p.287, 2019): “podemos conceituar a pessoa jurídica como o grupo humano, criado na forma da lei, e dotado de personalidade jurídica própria, para a realização de fins comuns.”

Sobre a definição de pessoa jurídica complementa-se também com o que é dito por Christiano Cassettari:

Pessoa jurídica é a expressão adotada para indicação da individualidade jurídica constituída pelo homem ou pela lei, sendo empregada para designar as instituições que tomam individualidade própria, para constituir uma entidade jurídica, distinta das pessoas que a formam.

A pessoa jurídica pode ser conceituada como a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações. (CASSETTARI, 2018, p. 76)

Seguindo esse raciocínio fica claro entender o porquê da criação das pessoas jurídicas, destaca-se o que nos traz Requião e Cerqueira (p.8, 2017), “Com o caminhar da história, o avanço da ciência, e as modificações sociais e econômicas encontradas, tais grupos foram encontrando formas mais organizadas e padronizadas de existência, até desembocar no que hoje são as pessoas jurídicas.”

Seguindo a mesma linha de pensamento é possível citar as palavras do doutrinador Carlos Roberto Gonçalves:

A pessoa jurídica é, portanto, proveniente desse fenômeno histórico e social. Consiste num conjunto de pessoas ou de bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituído na forma da lei, para a consecução de fins comuns. Pode-se afirmar, pois, que pessoas jurídicas são entidades a que a lei confere personalidade, capacitando-as a serem sujeitos de direitos e obrigações. A sua principal característica é a de que atuam na vida jurídica com personalidade diversa da dos indivíduos que as compõem (CC, art. 50, a contrario sensu, e art. 1.024). (GONÇALVES, 2016, p. 220)

Ou ainda como explana Tomazette (2011), a pessoa jurídica surge no anseio de indivíduos que possuem a vontade de participar administrando e possuindo responsabilidade na direção de um empreendimento que não pode ser constituído por uma só pessoa, e não de simplesmente oferecer soluções para que outros indivíduos façam tal gestão, o que reforça novamente o quanto o ser humano necessita de se organizar para poder prosseguir, principalmente quando tratamos a respeito de empresas e negócios.

Conforme lecionado por Requião e Cerqueira (2017), é curioso dizer que este instituto não é algo muito antigo, haja vista que só foi conhecido durante a época do império romano. Já o termo, pessoa

jurídica, só passou a ser usado de maneira regulamentada a partir do início do século XIX, criado por Savigny.

Pessoa Jurídica é um ente incorpóreo, uma realidade abstrata, de modo que a personificação da Pessoa Jurídica é considerada uma construção técnica jurídica, criada a partir de seus registros nos órgãos competentes composta por fatores econômicos, sociais e jurídicos, e, por definição legal, não se confunde com o empresário, sócio ou administrador.(GENARO, 2017, p.301-322)

Nesta afirmação Genaro expõe muito bem a separação entre pessoa jurídica de empresa e socio ou administrador, pois a pessoa jurídica como ele mesmo diz é um ente incorpóreo que possui autonomia econômica e patrimonial.

A titularidade negocial representa a capacidade de a pessoa jurídica contrair obrigações. Como a pessoa jurídica é uma ficção jurídica, necessário se faz que uma ou mais pessoas naturais se apresente, exteriorizando os atos da pessoa jurídica. Tal função é conhecida como administração. No ato constitutivo da pessoa jurídica ou em ato apartado, deve-se declarar quem são os administradores dela, ou seja, quem serão as pessoas naturais responsáveis por exteriorizar a vontade da pessoa jurídica, tais como: assinar contratos, firmar compromissos, contratar empregados etc. Fato é que a exteriorização do ato pelos administradores obriga a pessoa jurídica, e não o administrador, nos termos do art. 47 do CC.

A titularidade processual se refere à capacidade de a pessoa jurídica ser parte, ativa ou passiva, em processos administrativos ou judiciais, sendo que, nesses casos, serão representadas também por seus administradores, indicados em seu ato constitutivo, nos termos dos arts. 70 e 75 do NCPC.

E, por fim, a responsabilidade patrimonial significa dizer que a pessoa jurídica terá patrimônio próprio, inconfundível e incomunicável com o patrimônio individual de cada um de seus membros, e que os bens que compõem esse patrimônio único da pessoa jurídica são aqueles que irão sofrer possíveis expropriações em caso de execução por dívida dela.(JUNIOR, 2016, p.3)

Claudimir traz na citação acima sobre o que se trata a autonomia que tanto é falada no caso da pessoa jurídica, sendo essa autonomia fundada sobre 3 pilares: titularidade negocial, titularidade processual e titularidade patrimonial.

Tomando por base Leonardo Lopes Genaro (2017), se entende a pessoa jurídica como um ente não físico, que é constituído por uma ou mais pessoas naturais, que possui a capacidade de responder por si só, seja responder adquirindo responsabilidades, direitos, deveres entre outras questões, além do fato de que possui autonomia patrimonial quanto aos sócios e demais integrantes, uma vez que seu patrimônio não se mistura com o deles.

Mas disso se aduz também um dado importante porque, ao contrário das pessoas naturais dotadas de existência orgânica, que nascerão e morrerão independentemente da existência de determinação legal, o ser pessoa jurídica

depende do regramento imposto pelo direito positivo. Prova clara disso é que nem todo constructo que eventualmente o poderia alcançar o status de pessoa jurídica, vide os entes despersonalizados existentes no ordenamento jurídico brasileiro. (REQUINHAO; CEQUEIRA, 2017, p. 8)

Flavio Tartuce traz o conceito de pessoa jurídica de maneira demasiadamente simples e de fácil entendimento, destacando ainda sobre a autonomia patrimonial no que tange os bens dos sócios e os da empresa.

As pessoas jurídicas, denominadas pessoas coletivas, morais, fictícias ou abstratas, podem ser conceituadas como sendo conjuntos de pessoas ou de bens arrecadados, que adquirem personalidade jurídica própria por uma ficção legal. Apesar de o Código Civil não repetir a regra do art. 20 do CC/1916, a pessoa jurídica não se confunde com seus membros, sendo essa regra inerente à própria concepção da pessoa jurídica. (TARTUCE, 2015, p.122)

Quanto ao conceito acima é muito importante ressaltar as principais características da pessoa jurídica, que são: o fato de abrigar um conjunto de pessoas, possuir uma personalidade própria e ter sua constituição prevista em lei.

Ainda faz interessante o que é dito por Christiano Cassettari a respeito do conceito da pessoa jurídica:

Pessoa jurídica é a expressão adotada para indicação da individualidade jurídica constituída pelo homem ou pela lei, sendo empregada para designar as instituições que tomam individualidade própria, para constituir uma entidade jurídica, distinta das pessoas que a formam. (CASSETTARI, 2018, p.76)

É possível concluir com base nos autores acima citados, um consenso entendendo a personalidade jurídica como um ente separado dos sócios (pessoas físicas que administram a empresa) que possui autonomia para negociar, comprar e vender e de possuir patrimônio além de direitos e deveres.

2.2. TEORIAS

Com o passar dos anos e a aplicação cada vez mais presente da pessoa jurídica dentro das sociedades foram criadas várias teorias e discussões a respeito da autonomia patrimonial e o melhor jeito de se lidar com a personalidade jurídica. Dessas várias teorias muitas já não se discutem mais e outras ainda estão à tona com a aceitação maior dos doutrinadores.

Entrando de fato no estudo da personalidade jurídica é de suma importância estar atento quanto os aspectos voltados a sua natureza jurídica e suas teorias para que se faça possível obter uma visão e estudo claros a respeito desta e de qualquer outra matéria, prova disso é o que nos é dito por Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:

Indagado a respeito da natureza jurídica de determinada figura, deve o estudioso do direito cuidar de apontar em que categoria se enquadra, ressaltando as teorias explicativas de sua existência.

Assim, fica claro concluir que a natureza jurídica do contrato, por exemplo, é a de negócio jurídico, uma vez que nesta última categoria subsume-se a referida figura, encontrando, também aí, a sua explicação teórica existencial (a teoria do negócio jurídico explica a natureza do contrato). (GAGLIANO; FILHO, 2019, p.288)

A respeito destas teorias podemos destacar sete: Teoria individualista, Teoria da ficção, Teoria da vontade, Teoria do patrimônio de afetação, Teoria da instituição, Teoria da realidade objetiva ou orgânica e a Teoria da realidade Técnica.

2.2.1. TEORIA INDIVIDUALISTA

A Teoria individualista foi criada pelo Rudolf von Ihering, e nela ele era contra a ideia de que a personalidade jurídica deveria possuir uma autonomia patrimonial, e responsabilidade própria sobre seus atos, uma vez que a responsabilidade deveria ser individual, conforme e possível se entender nas próprias palavras do próprio Ihering, *in verbis*.

O mesmo que se pretende defender com o autonomismo individual, a saber: a ação própria de cada um em toda a relação do direito em que o indivíduo participa, obrigando-se ou obrigado, se defende sustentando a autonomia dos outros Estados, — o municipal, o provincial, o nacional, etc., etc., porque todo o direito nestas esferas é igualmente direito do indivíduo, não como indivíduo, mas como membro desse Estado superior; e, na última realidade do direito, a que se encontra em todos os Estados pertence ao homem. (IHERING, 2009, p.42)

Além do que foi citado acima faz-se interessante a explicação de Marlon Tomazette, a respeito desta Teoria, incluindo também o fato dela já se encontrar superada.

Para tal teoria, quem teria personalidade seriam os membros da sociedade, ou os destinatários do patrimônio nas fundações, logo, os direitos atribuídos a uma sociedade seriam direitos de seus sócios e não dela como ente próprio. Tal concepção encontra-se superada. (TOMAZETTE, 2018, p. 253)

Com isso é possível concluir que a teoria individualista era contra uma das ideias fundamentais a respeito das pessoas jurídicas. Reflexo da importância de tal autonomia esta teoria se encontra atualmente superada.

2.2.2. TEORIA DA FICÇÃO

A palavra ficção propositalmente remete ao sentido de algo criado, e na teoria da ficção enxerga-se a personalidade jurídica como uma criação do ser humano de forma a facilitar a gestão e para exercer

direitos patrimoniais, como nos é dito por Maria Helena Diniz (p.265, 2012): “[...] ao entender que só o homem é capaz de ser sujeito de direito, concluiu que a pessoa jurídica é uma ficção legal, ou seja, uma criação artificial da lei para exercer direitos patrimoniais e facilitar a função de certas entidades.”

Complementa-se também com o que é dito pelo doutrinador Tomazette a respeito desta teoria que foi extremamente importante ao entendimento que se tem hoje sobre personalidade jurídica:

Uma das mais antigas teorias sobre a natureza jurídica da personalidade é a teoria da ficção, atribuída aos glosadores da Idade Média e a Savigny. Nesta linha de entendimento, a pessoa jurídica é uma mera criação do legislador, uma criação intelectual, uma ficção. Ela é um ser fictício, dotado de uma capacidade artificial, uma vez que a vontade seria inerente apenas aos seres humanos. (TOMAZETTE, 2018, p.254)

Nesse sentido se faz interessante ainda demonstrar o que é dissertado por Christiano Cassetari:

Para essa teoria, a pessoa jurídica é uma ficção legal, ou seja, uma criação artificial da lei para exercer direitos patrimoniais e facilitar a função de certas atividades, pois só a pessoa natural é sujeito de direitos.

A crítica que se faz a essa teoria é que, se o Estado é pessoa jurídica, e ela é uma ficção legal, o direito (as normas) que dele emana também será. Por esse motivo, essa teoria não é adotada pela doutrina. (CASSETARI, 2018, p. 76)

Entende-se então que a teoria da ficção trouxe o conceito de que a personalidade jurídica seria uma ferramenta criada pela lei que possui autonomia para ajudar os indivíduos a cumprir certas atividades, porém como destacado acima a maior crítica a essa teoria advém do fato dela não demandar direitos e deveres a pessoa jurídica e uma vez que o Estado é uma pessoa jurídica se este fosse considerado uma simples ficção legal o que fosse decidido por ele também seria, logo, não foi reconhecido pela doutrina.

2.2.3. TEORIA DA VONTADE

Na teoria da vontade existe uma certa semelhança com a teoria da ficção, porém nesta a pessoa jurídica seria a vontade dos seres humano personificada. E a respeito disso temos a crítica de Marlon Tomazette:

Tal teoria comete a mesma falha da teoria da ficção, ao personificar a vontade, uma vez que continua a entender a pessoa jurídica como um ente fictício. Outrossim, em relação às pessoas físicas, o equívoco ainda é mais patente, uma vez que mesmo os indivíduos portadores de um estado incompatível com o reconhecimento de uma vontade livre (menores, alienados) não deixam de ser de direito. (TOMAZETTE, 2018, p. 254)

Por meio desta crítica o autor trata diretamente a respeito do tratamento que era dado a pessoa jurídica e o quão propenso a falhas era a questão de visualizá-la como um ente fictício.

2.2.4. TEORIA DO PATRIMÔNIO DA AFETAÇÃO

Quando se trata de afetação de patrimônio se entende que existe um direcionamento de função de determinado patrimônio a uma determinada coisa, como nos é explicado por Mauro Antônio Rocha, *in verbs*:

A teoria da afetação surgiu no final do século XIX com a intenção de quebrar a doutrina da unicidade patrimonial e permitir a criação de patrimônios especiais, separados do patrimônio comum para cumprir destinação específica.

O patrimônio é uma universalidade de direitos reais e obrigacionais, ativos e passivos, com expressão pecuniária, pertencente à pessoa natural ou jurídica. É único e permanece ligado à pessoa por toda a sua existência, independentemente da variação ou mutação desses direitos. Do conceito da unicidade patrimonial é que decorre o princípio da garantia, pelo qual o credor tem no patrimônio do devedor a garantia de seu crédito, o que lhe permite penhorar e levar à praça bens adquiridos a qualquer tempo, suficientes para a satisfação de seu interesse. (ROCHA, 2020, p.2)

Entende-se então que a teoria do patrimônio da Afetação origina ao patrimônio um vínculo a determinado fim, trazendo a ele um tratamento separado. Esta teoria é criticada por Tomazzete (2018), no sentido de que quando se pensa na constituição da pessoa jurídica esta não depende da existência de um patrimônio. Logo esta teoria falha no ponto de que a pessoa jurídica não depende de patrimônio prévio para sua constituição.

2.2.5. TEORIA DA INSTITUIÇÃO

Antes de se discutir a respeito desta teoria das Instituições ou teoria da realidade das Instituições jurídicas, se faz necessário de uma forma introdutória trazer o que é a intuição. O que é possível através da explicação de Silvio Rodrigues:

A constituição de uma instituição envolve: uma ideia que cria um vínculo social, unindo indivíduos que visam a um mesmo fim; e uma organização, ou seja, um conjunto de meios destinados à consecução do fim comum. A instituição tem uma vida interior representada pela atividade de seus membros, que se reflete numa posição hierárquica estabelecida entre os órgãos diretores e os demais componentes fazendo, assim, com que apareça uma estrutura orgânica. Sua vida exterior, por outro lado, manifesta-se através de sua atuação no mundo do direito, com o escopo de realizar a ideia comum. (RODRIGUES, Sílvia, 2000, p. 66-67)

Entendido o conceito de instituição é possível partir para a definição e o sentido dessa teoria criada por Maurice Hauriou, e que se faz muito bem dissertada pelo professor Ahyrton Lourenço Neto:

A teoria da Realidade das Instituições jurídicas, criadas por Haurou, defende que a personalidade jurídica é um atributo que a ordem jurídica estatal outorga a entes que o merecem, afirmando mesmo a personalidade humana deriva do direito e, por isso, o Direito pode conceber personalidade a agrupamentos de pessoas ou de bens que tenham escopo a realização de interesses comuns. (NETO, 2020, p. 64)

Na fala de Ahyrton (2020) é possível perceber que na teoria da instituição a personalidade jurídica era algo concedido ao um agrupamento de indivíduos que possuíam como necessidade para concessão um objetivo em comum, para que provasse ser necessário a criação da personalidade jurídica.

2.2.6. TEORIA DA REALIDADE ORGÂNICA

Na teoria da realidade orgânica ou também chamada de teoria da realidade objetiva nota-se algo que vai completamente contra por exemplo o que nos diz a teoria da Ficção, pois para a teoria da Realidade objetiva a personalidade jurídica possui existência própria e não por mera criação da lei. Ainda nesse sentido Stolze e Pamplona (p.291, 2019) apontam que: “Para os seus adeptos, a pessoa jurídica não seria mera abstração ou criação da lei. Teria existência própria, real, social, como os indivíduos.” Através desse posicionamento é possível entender que, nesta teoria ao contrário da teoria da Ficção a personalidade não é algo pura e simplesmente dependente da lei.

Neste sentido afirma Tomazette:

Concebe-se a pessoa jurídica como um organismo natural, tal qual o ser humano, possuindo uma vontade própria, interesses próprios e patrimônio próprio. Não tratamos de abstrações, mas de entes reais que produzem e sofrem efeitos.

Tal concepção representou um passo fundamental no desenvolvimento da pessoa jurídica, ao reconhecer a realidade inerente a tais entes. Todavia tal concepção é falha, quando identifica a vontade da pessoa moral com a da pessoa física. Há sem dúvida uma realidade, mas não uma realidade orgânica que é inerente exclusivamente aos seres humanos. (TOMAZETTE, 2018, p. 256)

Reforçando ainda o que foi dito acima temos que é abordado por Carlos Roberto Gonçalves:

Sustenta que a pessoa jurídica é uma realidade sociológica, ser com vida própria, que nasce por imposição das forças sociais. De origem germânica (GIERKE e ZITELMANN), proclama que a vontade, pública ou privada, é capaz de dar vida a um organismo, que passa a ter existência própria, distinta da de seus membros, capaz de tornar-se sujeito de direito, real e verdadeiro.

A crítica que se lhe faz é que ela não esclarece como os grupos sociais, que não têm vida própria e personalidade, que é característica do ser humano, podem adquiri-la e se tornarem sujeitos de direitos e obrigações. Ademais, reduz o papel do Estado a mero conhecedor de realidades já existentes, desprovido de maior poder criador. (GONÇALVES, 2016, p. 222)

Cabe ainda destacar o que é exposto por Christiano Cassetari quanto a conceituação e a crítica a essa teoria.

Junto às pessoas naturais, que são organismos físicos, existem as pessoas jurídicas, que são organismos sociais com existência e vontade próprias, distintas das de seus membros, tendo por finalidade realizar um objetivo social. A crítica que se faz a essa teoria é que ela recai na ficção ao afirmar que a pessoa jurídica tem vontade própria, já que a vontade é peculiar ao ser humano e não ao ente coletivo. Por esse motivo, essa teoria não é a adotada pela doutrina. (CASSETARI, 2018, p. 76)

Através do que foi dito por Tomazette, Gonçalves e Cassetari se entende que apesar de representar um avanço, considerando que a pessoa jurídica não fosse tratada como algo que não existe fisicamente, ou simplesmente algo que existia por ficção da lei esta teoria peca no fato de atribuir a um ente coletivo a posse de vontade, sendo que somente um ser humano é dotado de tal qualidade.

2.2.7. TEORIA DA REALIDADE TÉCNICA

A Teoria da Realidade técnica é a teoria mais bem aceita e pela doutrina atual e é a teoria que melhor expressa a autonomia da personalidade jurídica, entendendo como uma real investidura feita sobre a pessoa física, ao qual da poder e organização a pessoa física de realizar negócios jurídicos vinculando a responsabilidade a pessoa jurídica criada com fim previamente definido, conforme o que é dito por Tomazette (2018).

Tratando ainda sobre seu conceito temos o que nos é trazido pelo doutrinador Carlos Roberto Gonçalves a respeito desta teoria:

Entendem seus adeptos, especialmente SALEILLES e COLIN e CAPITANT, que a personificação dos grupos sociais é expediente de ordem técnica, a forma encontrada pelo direito para reconhecer a existência de grupos de indivíduos, que se unem na busca de fins determinados. A personificação é atribuída a grupos em que a lei reconhece vontade e objetivos próprios. O Estado, reconhecendo a necessidade e a conveniência de que tais grupos sejam dotados de personalidade própria, para poder participar da vida jurídica nas mesmas condições das pessoas naturais, outorga-lhes esse predicado.

A personalidade jurídica é, portanto, um atributo que o Estado defere a certas entidades havidas como merecedoras dessa benesse. O Estado não outorga esse benefício de maneira arbitrária, mas sim tendo em vista determinada situação, que já encontra devidamente concretizada, e desde que se observem determinados requisitos por ele estabelecidos. (GONÇALVES, 2018, p.110)

Conforme o que foi conceituado é possível entender que a teoria da realidade técnica é o que junta o melhor da teoria da ficção e da teoria da realidade objetiva, pois com esse ponto de equilíbrio entre as

duas teorias surgiu a da realidade técnica dizendo que a pessoa jurídica possui direitos e deveres e que só é constituída se seguir todos os requisitos estabelecidos em lei.

Além disso é possível observar a adesão da teoria ao código civil conforme é mostrado por Stolze (2019), através do artigo 18 do código civil de 1916 onde era tratado do começo da existência legal da personalidade jurídica:

Art. 18. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição dos seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos no seu registro peculiar, regulado por lei especial, ou com a autorização ou aprovação do Governo, quando precisa. (BRASIL, 1916)

E no artigo 45 do Código Civil de 2002, onde agora é abordado o direito material relacionado ao início a existência legal da pessoa jurídica.

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação e sua inscrição no registro. (BRASIL, 2002)

Neste sentido ainda se faz interessante entender o que é dito por Flávio Tartuce sobre este dispositivo legal:

Com efeito, enuncia o art. 45 do CC/2002 que a existência da pessoa jurídica de Direito Privado começa a partir da inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, sendo eventualmente necessária a sua aprovação pelo Poder Executivo, como ocorre com as sociedades seguradoras. Ademais, é preciso sempre constar todas as alterações pelas quais passar esse ato constitutivo. O parágrafo único do dispositivo traz inovação, prevendo prazo decadencial de três anos para a anulação dessa constituição, contado o prazo da inscrição do registro. Esse artigo, na verdade, ressalta a tese de que o Código Civil adota a *teoria da realidade técnica*, uma vez que a pessoa jurídica, para existir, depende do ato de constituição dos seus membros, o que representa um exercício da autonomia privada. (TARTUCE, 2019, p.372)

Entende-se então que o parágrafo único do artigo 45 do código civil de 2002 é o que evidencia a utilização da teoria da realidade técnica atualmente, uma vez que, este evidencia a necessidade da constituição da pessoa jurídica de acordo com os critérios da lei.

2.3. CONDIÇÕES PARA CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

É necessário ter a atenção voltada aos requisitos que devem ser preenchidos para que seja constituída a pessoa jurídica, pois esta envolve muitos benefícios aqueles que a possuem, mas juntamente com isso existe o envolvimento de diversas responsabilidades e deveres a serem seguidos.

Para a constituição da pessoa jurídica são necessários dois elementos, o formal e o material. Sendo o elemento material a pluralidade de pessoas ou de bens e um objetivo específico e o elemento material a vontade humana criadora, a elaboração do ato constitutivo, o registro do ato constitutivo e a licitude de sua finalidade, conforme nos é trazido por Carlos Roberto Gonçalves:

A formação da pessoa jurídica exige uma pluralidade de pessoas ou de bens e uma finalidade específica (elementos de ordem *material*), bem como um ato constitutivo e respectivo registro no órgão competente (elemento *formal*). Pode-se dizer que são quatro os requisitos para constituição da pessoa jurídica: a) vontade humana criadora (intenção de criar uma entidade distinta da de seus membros; b) elaboração do ato constitutivo (estatuto ou contrato social); c) registro do ato constitutivo no órgão competente; d) liceidade de seu objetivo. (GONÇALVES, 2016, p. 224)

A vontade humana criadora traz a ideia da criação de uma personalidade que se distingue de seus membros, como nos é dissertado por Gonçalves (p.224, 2016): “A vontade humana materializa-se no ato de constituição, que deve ser por escrito. São necessárias duas ou mais pessoas com vontades convergentes, ligadas por uma intenção comum (*affectio societatis*).”

O ato constitutivo trata de uma questão formal do processo de constituição da pessoa jurídica, estando positivado no artigo 45 do código civil de 2002, onde está disposto de maneira completa como deve ser e o que é esse ato constitutivo, *in verbis*:

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de 21 autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

Tratando a respeito do ato constitutivo nos explica de forma clara a Juíza Genacéia da Silva Alberton:

Nos termos do Código Civil (LGL\2002\400), é o registro a condição primordial para a existência legal da pessoa jurídica. Quanto a esse aspecto, a doutrina afirma que o sistema brasileiro está classificado no sistema misto porque a obtenção da personalidade jurídica não depende apenas da concessão do Estado e nem há plena liberdade de formação de associações. Note-se que, para a instalação de sociedades de seguro, montepios e caixas econômicas, por exemplo, há necessidade de prévia autorização estatal. (ALBERTON, 1993, p.2)

Neste comentário é exposto que a constituição da pessoa jurídica se encaixa no sistema misto uma vez que aquele que irá constituí-la dependem não só da sua vontade, mas necessitam também da aprovação do Estado.

Ainda tratando sobre o ato constitutivo, porém agora elucidando a respeito de seu registro faz-se necessário dizer que antes de seu registro ao órgão competente, como nos fala Gonçalves (2016), não passa de uma “sociedade de fato” ou “sociedade não personificada”, ou seja, só adquirirá personalidade jurídica a empresa na qual possuir seu ato constitutivo por meio de estatuto ou contrato social registrado na junta comercial, ou no CRPJ (Cartório de Registro da Pessoa Jurídica).

Além disso é interessante tratar a respeito dos pressupostos para constituição da personalidade jurídica, que são três: a vontade humana, a observância da lei e a licitude do objeto. Tratando sobre isso destaca Stolze que:

Para se formar validamente, não basta a simples manifestação de vontade dos interessados, que se concretiza ao firmarem os estatutos ou o contrato social (sistema da livre formação), nem, muito menos, é indispensável o reconhecimento do Estado para que se possa imprimir existência jurídica a toda sociedade, associação ou fundação (sistema do reconhecimento). Pela teoria adotada, de natureza eclética, é reconhecido poder criador à vontade humana, independentemente da chancela estatal, desde que respeitadas as condições legais de existência e validade. Finalmente, deve concorrer a licitude de seu objetivo ou finalidade. Não há que se reconhecer existência legal e validade à pessoa jurídica que tenha objeto social ilícito ou proibido por lei, pois a autonomia da vontade não chega a esse ponto. (GAGLIANO; FILHO, 2019, p. 292-293)

Já para Carlos Roberto Gonçalves não são somente três os pressupostos para a constituição da pessoa jurídica, e sim quatro como é possível observar abaixo:

A formação da pessoa jurídica exige uma pluralidade de pessoas ou de bens e uma finalidade específica (elementos de ordem material), bem como um ato constitutivo e respectivo registro no órgão competente (elemento formal). Pode-se dizer que são quatro os requisitos para a constituição da pessoa jurídica: a) vontade humana criadora (intenção de criar uma entidade distinta da de seus membros; b) elaboração do ato constitutivo (estatuto ou contrato social); c) registro do ato constitutivo no órgão competente; d) liceidade de seu objetivo.

A vontade humana materializa-se no ato de constituição, que deve ser escrito. São necessárias duas ou mais pessoas com vontades convergentes, ligadas por uma intenção comum (*affectio societatis*).

O ato constitutivo é requisito formal exigido pela lei e se denomina estatuto, em se tratando de associações, que não têm fins lucrativos; contrato social, no caso de sociedades, simples ou empresárias, antigamente denominadas civis e comerciais; e escritura pública ou testamento, em se tratando de fundações (CC, art. 62).

O ato constitutivo deve ser levado a registro para que comece, então, a existência legal da pessoa jurídica de direito privado (CC, art. 45). Antes do registro, não passará de mera “sociedade de fato” ou “sociedade não personificada”, equiparada por alguns ao nascituro, que já foi concebido mas que só adquirirá personalidade se nascer com vida. No caso da pessoa jurídica, se o seu ato constitutivo for registrado.

A liceidade de seu objetivo é indispensável para a formação da pessoa jurídica. Deve ele ser, também, determinado e possível. Nas sociedades em geral, civis ou comerciais, o objetivo é o lucro pelo exercício da atividade. Nas fundações os fins só podem ser: “I – assistência social; II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III – educação; IV – saúde; V – segurança alimentar e nutricional; VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; IX – atividades religiosas” (CC, art. 62, parágrafo único, com a redação dada pela Lei n. 13.151/2015). E nas associações, de fins não econômicos (art. 53), os objetivos colimados são de natureza cultural, educacional, esportiva, religiosa, filantrópica, recreativa, moral etc. Objetivos ilícitos ou nocivos constituem causa de extinção da pessoa jurídica (art. 69). (GONÇALVES, 2016, p. 224)

Mesmo que isso não gere de certa forma uma discussão é possível notar que a doutrina não possui um consenso referente a quantos são os pressupostos para constituição da pessoa jurídica, e isso nos é reforçado pelas palavras de Marlon Tomazette:

A personalidade jurídica de uma sociedade se inicia com a constituição da sociedade, a qual pressupõe alguns elementos.

A doutrina não é unânime ao indicar os elementos necessários à constituição de uma pessoa jurídica, sem, contudo, chegar a divergência de maior importância. Em função disso, unindo as ideias de vários autores podemos chegar aos seguintes elementos: (a) vontade humana criadora; (b) a finalidade específica; (c) o substrato representado por um conjunto de bens ou de pessoas; e (d) a presença do estatuto e respectivo registro.

Existindo um grupo de pessoas ou um conjunto de bens, com uma finalidade específica, pode a vontade humana, expressamente manifestada, dar origem a uma pessoa jurídica, a qual só nasce efetivamente com o registro dos atos constitutivos no órgão competente (art. 985 do Código Civil). (TOMAZETTE, 2018, p. 252-253)

É possível constatar então que, para o cumprimento dos requisitos para constituição da personalidade jurídica é necessário a vontade criadora humana, possuindo um escopo definido e claro sendo representado por um ou mais indivíduos ou bens sendo registrado conforme o que é positivado pela lei.

2.4. DIVISÕES

No código civil de 2002 (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002) é tratado a respeito das pessoas jurídicas entre os artigos 40 e 52. Nestes artigos, o Código separa a pessoa jurídica em três tipos, sendo eles:

pessoa jurídica de direito público interno, as pessoas jurídicas de direito público externo e as pessoas de direito privado.

As pessoas jurídicas de direito público se divide em dois tipos, sendo eles a pessoa jurídica de direito público interno e a pessoa jurídica de direito público externo, conforme o artigo 40 e 41 do código civil são pessoas jurídicas de direito público interno: A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades criadas por lei ou como nos é dito pela doutrina: “São órgãos descentralizados, criados por lei, com personalidade própria para o exercício de atividade de interesse público” (GONÇALVES, 2012, p. 236). É interessante ainda dizer que no artigo 43 da mesma lei é imposta a responsabilidade civil objetiva.

Com finalidade de deixar o estudo de mais fácil entendimento é interessante exemplificar as pessoas jurídicas de direito público interno conforme é feito por Christiano Cassettari:

São exemplos de entidades criadas por lei: **a) Fundações públicas** (art. 37, XI e § 9º, e art. 38, ambos da CF) – são aquelas fundações que possuem patrimônio voltado para atingir finalidade de interesse público. Como exemplo, citamos a FAPESP, no amparo à pesquisa, bem como a FUNARTE e a FUNASA, esta na área de saúde. **b) Agências reguladoras** (Lei n. 9.986/2000) – são as pessoas jurídicas que têm a incumbência de normatizar e fiscalizar a prestação de serviço público pelos particulares. São autarquias em regime especial, tais como a ANS, ANEEL, ANATEL etc. **c) Agências executivas** (Decreto n. 2.487/98) – são autarquias ou fundações públicas dotadas de regime especial qualificadas como tais pelo Poder Executivo, desde que cumpram certos requisitos. Essas agências têm maior autonomia de gestão que as autarquias e fundações públicas comuns. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo. (CASSETTARI, 2018, p. 80-81)

Já as pessoas de direito público externo conforme redação do artigo 42 da Lei 10.404 de 2002 “São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.” Este artigo nos deixa claro de que essas pessoas jurídicas serão regidas pelas normas do direito internacional, conforme escrito pela autora:

Embora faça menção às pessoas jurídicas de direito externo, o código civil deixa claro que serão regidas pelas normas de direito internacional, enquanto o Decreto-lei 200/67 e o Decreto-lei 900/69 estruturam a pessoa jurídica de direito público da administração direta, ressaltando as autarquias, criadas para suprir as dificuldades de gestão, descentralizando-se a atividade financeira e administrativa. (COSTA, 2010, p. 36)

As pessoas jurídicas de direito privado são seis de acordo com o artigo 44 do Código civil: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada. Além disso traz Carlos Roberto Gonçalves:

A referida lei acrescentou o § 1º, declarando que “são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento”.

A citada lei transformou ainda em § 2º o primitivo parágrafo único, pelo qual “as disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial”. E acrescentou, por fim, o § 3º, proclamando: “Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica”. (GONÇALVES, 2018, p.116)

Em complemento ao exposto anteriormente faz-se interessante também o que é dito por Tartuce, quanto a definição de pessoa jurídica de direito privado.

Pessoa jurídica de Direito Privado – é a pessoa jurídica instituída pela vontade de particulares, visando a atender os seus interesses. Pelo que consta do art. 44 do CC/2002, inclusive pelas redações dadas pela Lei 10.825/2003 e pela Lei 12.441/2011, dividem-se em: fundações, associações, sociedades (simples ou empresárias), partidos políticos, entidades religiosas e empresas individuais de sociedade limitada (EIRELI). (TARTUCE, 2019, p.376)

Uma vez entendido o conceito deste ente, é chegado o ponto principal deste breve resumo a respeito personalidade jurídica. Sua grande vantagem, como já destacado acima é a questão de que existe uma autonomia patrimonial na qual o patrimônio dos sócios em regra não responderão por responsabilidade contraída pela pessoa jurídica, porém, conforme nos diz o artigo 50 do código civil (Lei 10.406/02): “caso haja abuso da personalidade jurídica caracterizada pelo desvio de finalidade”, a parte lesada ou o Ministério Público pode “bater às portas” do judiciário requerendo o afastamento desta autonomia patrimonial por meio da aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, sendo por meio de processo incidental ou não, buscando compensar o dano daquele que foi lesado.

3. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Com o passar do tempo, a evolução das sociedades e das interações entre credores e devedores, com a criação e o desenvolvimento do direito material e processual tivemos a criação da pessoa jurídica que possui autonomia patrimonial, e com isso infelizmente, alguns indivíduos começaram a usar de má-fé essa vantagem, assim como nos diz Maria Helena Diniz:

A pessoa jurídica é uma realidade autônoma, capaz de direitos e obrigações, independentemente dos membros que a compõem, com os quais não tem nenhum vínculo, agindo por si só, comprando, vendendo, alugando etc., sem qualquer ligação com a vontade individual das pessoas físicas que dela fazem parte. Realmente, seus componentes somente responderão por seus débitos dentro dos limites do capital social, ficando a salvo o patrimônio individual. Essa limitação da responsabilidade ao patrimônio da pessoa jurídica é uma consequência lógica de sua personalidade jurídica, constituindo uma de suas maiores vantagens. Se a pessoa jurídica não se confunde com as pessoas físicas

que a compõem; se o patrimônio da sociedade personalizada não se identifica com o dos sócios, fácil será lesar credores, ou ocorrer abuso de direito, para subtrair-se a um dever, tendo-se em vista que os bens particulares dos sócios não podem ser executados antes dos bens sociais, havendo dívida da sociedade.

Ante sua grande independência e autonomia devido ao fato da exclusão da responsabilidade dos sócios, a pessoa jurídica, às vezes, tem-se desviado de seus princípios e fins, cometendo fraudes e desonestidades, provocando reações doutrinárias e jurisprudenciais que visam coibir tais abusos. (DINIZ, 2012, p. 340-341)

E com a intenção de proteger os credores contra esse tipo de fraude foi criada a teoria da desconsideração da personalidade jurídica buscando uma forma de evitar o uso de má fé da personalidade jurídica e visando reverter os danos contra credores.

Após ser tratado a respeito de seu panorama histórico é chegada a hora de entrar de cabeça tanto no instituto quanto no incidente da desconsideração da personalidade jurídica.

3.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

O instituto da desconsideração foi criado pela necessidade de impedir o mau uso da personalidade jurídica e de ajudar aqueles que foram lesados por tal uso, o que fica bem claro com a afirmação do professor Tartuce:

Devido a essa possibilidade de exclusão da responsabilidade dos sócios, a pessoa jurídica, por vezes, desviou-se de seus princípios e fins, cometendo fraudes e lesando à sociedade ou a terceiros, provocando reações na doutrina e na jurisprudência. Visando a coibir tais abusos, surgiu a figura da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, teoria do levantamento do véu ou teoria da penetração na pessoa física (disregard of the legal entity). Com isso, alcançam-se pessoas e bens que se escondem dentro de uma pessoa jurídica para fins ilícitos ou abusivos. (TARTUCE, 2019, p.403)

Conforme o tempo passa tudo se modifica, evolui, se expande ou até mesmo pode acabar regredindo.

O instituto da desconsideração da personalidade não fugiu à regra, se modificou, expandiu e tomou cada vez mais importância tanto nos Estados em que se aplicam o *common law* e o *civil law*, prova disso foi a implantação do incidente da desconsideração da personalidade jurídica dentro do novo código de processo civil de 2015.

E, antes de tratar a respeito dos conceitos, efeitos e mudanças, é necessário conhecer todo o processo histórico que vem desde seu surgimento até a implantação de seu incidente na atualidade.

3.1.1. O SURGIMENTO

Ao tratar de um panorama histórico é necessário se referir ao ser humano como um ser que está sempre em busca da evolução em todos os campos da vida, além disso, também se trata de um ser

gregário, pois, para os desafios encontrados em busca da evolução e desenvolvimento as pessoas sempre se juntam a outras para que o caminho se torne mais fácil, podendo assim enfrentar juntos os desafios que aparecessem e quem sabe cheguem mais rápido aos seus objetivos.

Fruto dessa ambição por melhoras as pessoas começaram, umas sozinhas, outras em conjunto, a constituir o que hoje denomina-se de sociedades e outras espécies de associações, as quais levaram a criação de uma personalidade distinta dos seus criadores, ou seja, a empresa criada teria uma personalidade intitulada jurídica, na qual o que fosse feito em nome dela, teria como responsável ela mesma e não mais seu(s) proprietário(s) ou sócio(s).

Sobre a razão da criação deste instituto se faz interessante as palavras de Carlos Roberto Gonçalves:

A razão de ser, portanto, da pessoa jurídica está na necessidade ou conveniência de os indivíduos unirem esforços e utilizarem recursos coletivos para a realização de objetivos comuns, que transcendem as possibilidades individuais. Essa constatação motivou a organização de pessoas e bens, com o reconhecimento do direito, que atribui personalidade ao grupo, distinta da de cada um de seus membros, passando este a atuar na vida jurídica com personalidade própria.

A necessária individualização, com efeito, "só se efetiva se a ordem jurídica atribui personalidade ao grupo, permitindo que atue em nome próprio, com capacidade jurídica igual à das pessoas naturais". Surge, assim, "a necessidade de personalizar o grupo, para que possa proceder como uma unidade, participando do comércio jurídico com individualidade". A personificação "do ente abstrato destaca a vontade coletiva do grupo, das vontades individuais dos participantes, de tal forma que o seu querer é uma "resultante" e não mera justaposição das manifestações volitivas isoladas" a personificação "do ente abstrato destaca a vontade coletiva do grupo, das vontades individuais dos participantes, de tal forma que o seu querer é uma "resultante" e não mera justaposição das manifestações volitivas isoladas".

A pessoa jurídica é, portanto, proveniente desse fenômeno histórico e social. Consiste num conjunto de pessoas ou de bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituído na forma da lei, para a consecução de fins comuns. Pode-se afirmar, pois, que pessoas jurídicas são entidades a que a lei confere personalidade, capacitando-as a serem sujeitos de direitos e obrigações. A sua principal característica é a de que atuam na vida jurídica com personalidade diversa da dos indivíduos que as compõem (CC, art. 50 a contrario sensu, e art. 1.024). (GOLÇAVES, 2016, p.220)

O problema da criação destas entidades é que infelizmente, com a autonomia da personalidade jurídica muitos indivíduos começaram a agir de má fé, aproveitando-se dessa personalidade para praticar atitudes fraudulentas, caracterizadas também como desvios de finalidade, ou até mesmo confusões patrimoniais. Com isso surgiu a necessidade da criação de um instituto que regulamenta este tipo de ação, impondo consequências a quem tomasse estas atitudes. Com esse fim foi criado o instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

O surgimento da doutrina a respeito da desconsideração da personalidade jurídica ocorreu em Roma, no ambiente pretoriano (período de 753 à 501 a.C), onde era dado a cargo do julgador, de acordo com

o caso concreto, a possibilidade do afastamento da personalidade jurídica, para que os sócios respondessem pela obrigação inadimplida, conforme Xavier (2016), com isso houve base para fomentar a discussão a respeito do tema.

É válido destacar que, na discussão do conceito de *disregard doctrine* criada durante o período pretoriano não se obteve somente vantagens, como nos é destacado brilhantemente por José Tadeu Neves Xavier:

A origem pretoriana da Disregard doctrine lhe garantiu a efetividades necessária para a sua consolidação no cenário jurídico, mas trouxe, de outra banda, o risco da insegurança jurídica. O limite entre o respeito à autonomia da pessoa jurídica e as hipóteses em se mostra possível a sua desestimação não são claramente definidos, de forma que esta indefinição prévia encaminha o debate para a casuística. A análise tópica inviabiliza o alcance de adequada sistematização em relação aos requisitos autorizadores do *descortinamento* da personalidade jurídica. (XAVIER, 2016, p.59)

No século XIX D.C., mais especificamente no ano de 1809 houve a manifestação da Teoria da desconsideração da personalidade jurídica através do caso Bank Of United States V.S Deveaux, conforme exposto por Mariana Rocha Corrêa:

No primeiro caso, no ano de 1809, o juiz Marshall para firmar a competência da justiça federal, que de acordo com a constituição americana é preciso que envolva indivíduos de estados diferentes, desconsiderou a personalidade jurídica da instituição financeira afirmando que os acionistas deste residiam em diferentes estados, já que sem esta manobra, como demandante e demandado tinham como domicílio o mesmo estado, seria impossível o prosseguimento do caso nas cortes federais. Vale dizer que esse caso, no entanto, foi considerando apenas a primeira manifestação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica. (CORREA, 2011, p.4)

Vendo o modo errôneo com que alguns estavam utilizando a personalidade jurídica, iniciou-se uma luta, saindo da discussão doutrinária para a aplicação judicial em cima do caso concreto, no intuito de que quando necessário e justo o ocorresse o afastamento do “manto” da autonomia patrimonial e o sócio respondesse com seu patrimônio pelas fraudes cometidas.

Ainda no século XIX, Georges-Eugène Haussmann, na época chefe de departamento de Paris do imperador Napoleão 3º, e Mossa, criaram a teoria da soberania, conforme é citado por Correia:

No século XIX a empresa começou a ser usada como uma arma para burlar a lei, já que com o mau uso da pessoa jurídica houve a necessidade da criação de meios para coibir esta prática.

Haussmann e Mossa criaram a Teoria da soberania, na qual imputava a responsabilidade ao controlador de uma sociedade de capitais por obrigações não cumpridas, todavia, esta Teoria não chegou a se desenvolver, chegando-se à conclusão, na época, de que seria necessário relativizar a autonomia patrimonial sem descuidar dos regramentos jurídicos. (CORREA, 2011, p.3)

Mesmo a Teoria da Soberania sendo uma base, esta não obteve o êxito esperado dentro do meio jurídico, como nos ressalta Maria do Rozário Silva:

A teoria da soberania de Haussmann e Mossa, ainda no século XIX, foi o primeiro meio de combate ao mau uso da pessoa jurídica a ser tentado.

Na realidade, esta teoria foi elaborada pelo estudioso alemão Haussmann, no século XIX e posteriormente, desenvolvida na Itália, pelo doutrinador Mossa. Tal estudo, porém, não foi bem recebido pelo meio jurídico da época, provavelmente pelo fato de não se basear em nenhuma norma legal expressa nos ordenamentos, vez que apontava mais especificamente para a aplicação dos princípios morais e sociais, do que aos preceitos legais que vigoravam na época.

Esta teoria tinha, pois, como objetivo, principalmente imputar ao sócio controlador, ou mesmo ao administrador da sociedade, o cumprimento das obrigações por ela assumidas e não cumpridas. (SILVA, 2011, p.12)

Após a criação da teoria da soberania tem-se a criação da própria teoria da desconsideração da personalidade jurídica conforme explanado por Xavier.

A formulação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica teve início no ventre da jurisprudência do common law, em decisões que datam do século XIX, quando ficou conhecida como disregard doctrine, piercing the corporate veil, lifting the corporate veil ou cracking open the corporate shell. (XAVIER, 2016, p. 61)

Com a criação da doutrina e teorias a respeito da desconsideração surgiu a possibilidade do levantar do véu da personalidade jurídica, mas, com isso surgiu também uma certa insegurança a respeito dos limites da desconsideração, haja visto que, só haveria a noção dos limites que dividiam a liberdade empresarial e das situações em que o patrimônio do sócio deveria responder analisando o caso concreto.

Uma das propostas utilizadas para o uso consciente da teoria seria o chamado *piercing*, elaborada por D. H. Barber, desenvolvido no sistema norte-americano, que se define em um rol de circunstâncias onde seria possível a aplicação da *piercing the corporate veil*, este rol possuía 18 circunstâncias, sendo elas de acordo com os nos é trazido por J. T. M. Xavier:

(a) confusão patrimonial entre a sociedade e seus sócios, (b) desvio de fundos da entidade para fins não corporativos, (c) descumprimento das formalidades necessárias para a subscrição de quotas ou ações da sociedade, (d) presença de um único sócio, (e) defeitos na escrituração constante dos livros da entidade, (f) identidade de sócios entre duas sociedades, (g) identidade de diretores ou gestores em sociedades, (h) infracapitalização ou capitalização inadequada em relação aos riscos da atividade empresarial, (i) ausência de separação de ativos entre sociedades, (j) uso da pessoa jurídica como mera fachada para encobrir iniciativas particulares de seus membros, (l) concentração de todas as quotas ou ações e poder de um único sócio, ou de uma mesma entidade familiar, (m) utilização do mesmo local para sediar a entidade e os negócios de seu único sócio, (n) emprego dos mesmos trabalhadores ou gestores pela sociedade e seu único sócio, (o) dissimulação da identidade, gestão ou interesses financeiros da sociedade e das atividades mercantis de seus sócios, (p) não observância das

formalidades legais ou o distanciamento devido da distância entre sociedades relacionadas, (q) utilização da sociedade para fornecer trabalho, prestar serviços ou mercadorias a outra pessoa ou entidades, (r) distribuição de bens e de fundos da sociedade para sócios em fraude a credores, ou manipulação de ativos e passivos entre sociedades com o intuito de concentrar os ativos em uma e os passivos em outra, (s) uso da sociedade como subterfúgio para a prática de transações ilegais, e (t) constituição e uso da corporação para assumir obrigações pertencentes a outra pessoa ou entidades.(XAVIER, 2011, p.60)

Entendemos com isso que mesmo sendo muito discutida sua origem, a desconsideração da personalidade jurídica é um instituto estudado a muito tempo por várias nações e que foi aprimorado com o tempo tanto dentro de sua definição quanto na sua aplicação.

3.1.2. CAMINHO PARA A POSITIVAÇÃO

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica foi mais aceita e difundida nos países que utilizavam do *common law* para resolver seus embates jurídicos conforme Bittencourt (2013).

O instituto teve sua aplicabilidade feita pela primeira vez nos Estados Unidos, no ano de 1807, no julgamento do caso *Blank of United States v. Deveaux*. Caso este que na época fora julgado pelo juiz Mashall. Foi uma inovação para o sistema jurídico americano. O tribunal à época tinha o posicionamento de que a *Corporation* (que interpretando seria na língua portuguesa visto como a pessoa jurídica) era considerada invisível e intangível, sendo assim, não era considerada como cidadã de acordo com Xavier (2016), o que era um problema quanto a competência jurisprudencial, já que na Constituição Federal norte americana no diz em seu artigo 3º, seção 2ª, *in verbis*:

A competência do Poder Judiciário se estenderá a todos os casos de aplicação da Lei e da Equidade ocorridos sob a presente Constituição, as leis dos Estados Unidos, e os tratados concluídos ou que se concluírem sob sua autoridade; a todos os casos que afetem os embaixadores, outros ministros e cônsules; a todas as questões do almirantado e de jurisdição marítima; às controvérsias em que os Estados Unidos sejam parte; às controvérsias entre dois ou mais Estados, entre um Estado e cidadãos de outro Estado, entre cidadãos de diferentes Estados, entre cidadãos do mesmo Estado reivindicando terras em virtude de concessões feitas por outros Estados, enfim, entre um Estado, ou os seus cidadãos, e potências, cidadãos, ou súditos estrangeiros.[...]

Logo, se a *Corporation*, não fosse considerada como cidadã não era competência do Poder Judiciário julgá-la, visto isso, o célere juiz Marshall com a intenção de preservar a jurisdição, mas não deixar impune do julgamento, este reconheceu a causa pelos responsáveis pela sociedade de forma individual contra a cidadania estadual.

Já tratando da incorporação doutrinária na justiça norte-americana, esta só ganhou força a partir das primeiras décadas do século XX, conforme Xavier (2016) foi incentivado principalmente pelo pioneiro

I. Maurice Wormser, onde logo já havia uma vasta literatura jurídica, que não tardou a ser aplicada nos tribunais.

No ano de 1897 tem-se o *case* que é considerado um marco para o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, o famoso caso britânico Salomon x Salomon Co.

De acordo Bittencourt (2013), para a grande parte da doutrina o caso Salomon x Salomon Co é legítimo *leading case* referente ao instituto. O empresário Aaron Salomon criou uma empresa com membros de sua família (seus cinco filhos e sua esposa), logo após Sr. Salomon, em sua pessoa física fez um empréstimo de vinte mil libras esterlinas à sua própria empresa, representando uma libra cada ação, de modo que assim comesse suas atividades. Dessa maneira na linha de credores Salomon estava em primeiro caso houvesse a insolvência da empresa. Anos depois a empresa entrou em declínio, até que se tornou insolvente, logo um administrador judicial foi escolhido para liquidação da empresa a fim de pagar seus credores, porém concluiu-se que o único credor que receberia algo seria o próprio sr. Salomon visto que tinha preferência na ordem dos credores e que os bens da empresa não eram suficientes para o pagamento de tudo que era devido.

Ainda segundo Bittencourt (2013), o caso foi levado à Corte Britânica, onde em primeira instância e em seguida na Corte Americana receberam o pedido dos credores, visto que empresa fazia parte do fundo de comércio do proprietário, após isso ter sido analisado pela Corte de apelação e a chamada a *House of Lords*, que hoje é conhecida como Suprema Corte de Justiça Britânica. A decisão foi reformada onde se entendeu que a pessoa jurídica foi constituída de maneira efetiva a forma prescrita em lei, onde se caracterizava não existir responsabilidade pessoal do sr. Salomon para com os credores.

Conforme trazido por Raad (2011), este caso se tornou o mais notável precedente ao common law em relação a discussões tratando sobre a desconsideração da personalidade jurídica e orientando durante o século XX no Reino Unido, e até hoje repercute em decisões e discussões doutrinárias e jurídicas. Além do fato de que a decisão do caso *salomon v. Salomon & Co.* criou o chamado *salomon principle*, que ainda hoje serve de base para decisões do sistema da *common law*, conforme argumentado por Xavier (2016).

3.1.3. A CHEGADA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO BRASIL

Segundo exposto por Bittencourt (2013), depois do julgamento *Salomon x Salomon Co.*, o instituto se espalhou, chegando ao Brasil através do jurista Rubens Requião no ano de 1969, com a obra *Desregard Doutrine*, obra que em seu bojo trouxe diversos assuntos a respeito da pessoa jurídica, como o

tratamento do princípio da autonomia patrimonial e tratando também a respeito do que seria e da aplicabilidade do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, instituto este que foi adicionado inicialmente ao Código de Defesa do Consumidor (lei 8.078 de 11 de setembro de 1990), e depois incorporado ao Código Civil de 2002 (lei 10.406/2002), além de estar presente nas leis de Infrações à Ordem Econômica (8.884/94) e do Meio Ambiente (9.605/98).

Nas palavras de Bittencourt (2013) na obra *Desregard Doutrine* o professor Rubens Requião argumenta que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica poderia ser perfeitamente aplicado ao direito brasileiro, independente que na época não havia previsão legal da mesma para tanto, alegando ainda que, seria a única saída para evitar os abusos e as fraudes realizadas usando a personalidade jurídica como escudo para tal.

Com isso a doutrina e jurisprudência debruçaram-se sobre o assunto e começaram a ver o quão importante era este instituto e o quanto ele seria eficaz para a proteção dos credores e do próprio Estado nos casos que envolvessem fraudes.

Após Rubens Requião muitos estudiosos contribuíram para a implantação desta doutrina no Brasil, os quais faz-se importante citar os Profs. Caio Mário da Silva Pereira, Francisco Campos, Simão Isaac Benjó, Fábio Konder Comparato, Marçal Justen Filho, Suzi Elizabeth Cavalcante Koury, Lamartine Corrêa de Oliveira, Fábio Ulhoa Coelho, entre outros, conforme citado por Pasa (2003) estes doutrinadores somaram para a criação de duas correntes a respeito do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

3.2. CONCEITO

Através do entendimento adquirido a respeito da personalidade jurídica pode-se entender o quão vantajoso é a personalidade jurídica para os indivíduos que constituem devidamente a pessoa jurídica, porém muitos começaram a usá-la de má fé e com isso surgiu terceiros acabaram sendo lesados, com isso surgiu o instituto da desconsideração da personalidade jurídica como um remédio processual para esse fim. Contudo é interessante a introdução deste conceito conforme as palavras de Flavio Tartuce:

A pessoa jurídica é capaz de direitos e deveres a ordem civil, independentemente dos membros que a compõem, com os quais não tem vínculo, ou seja, sem qualquer ligação com a vontade individual das pessoas naturais que a compõem. Em outras palavras, há uma autonomia da pessoa jurídica em relação aos seus sócios e administradores. Em regra, os seus componentes somente responderão por débitos dentro dos limites do capital social, ficando a salvo o patrimônio individual dependendo do tipo societário adotado.

Como é notório, a regra é de que a responsabilidade dos sócios em relação às dívidas sociais seja sempre subsidiária, ou seja, primeiro exaure-se o patrimônio

da pessoa jurídica para depois, e desde que o tipo societário adotado permita, os bens particulares dos sócios serem executados. Somente na hipótese de abuso da personalidade jurídica é que os sócios poderão ser responsabilizados diretamente.

Devido a essa possibilidade de exclusão da responsabilidade dos sócios, a pessoa jurídica, por vezes, desviou-se de seus princípios e fins, cometendo fraudes e lesando à sociedade ou a terceiros, provocando reações na doutrina e na jurisprudência. Visando a coibir tais abusos, surgiu a figura da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, teoria do levantamento do véu ou teoria da penetração na pessoa física (disregard of the legal entity). Com isso, alcançam-se pessoas e bens que se escondem dentro de uma pessoa jurídica para fins ilícitos ou abusivos. (TARTUCE, 2019, p. 402-403)

Nesse mesmo sentido é possível complementar a introdução do conceito do instituto da desconsideração da personalidade jurídica com as palavras do professor Carlos Roberto Gonçalves:

O ordenamento jurídico confere às pessoas jurídicas personalidade distinta da dos seus membros. Esse princípio da autonomia patrimonial possibilita que sociedades empresárias sejam utilizadas como instrumento para a prática de fraudes e abusos de direito contra credores, acarretando-lhes prejuízos. Pessoas inescrupulosas têm-se aproveitado desse princípio, com a intenção de se locupletarem em detrimento de terceiros, utilizando a pessoa jurídica como uma espécie de “capa” ou “véu” para proteger os seus negócios escusos.

A reação a esses abusos ocorreu em diversos países, dando origem à teoria da desconsideração da personalidade jurídica, que recebeu o nome de disregard doctrine ou disregard of legal entity, no direito angloamericano; abus de la notion de personnalité sociale, no direito francês; teoria do superamento della personalità giuridica, na doutrina italiana; teoria da penetração – Durchgriff der juristischen Personen, na doutrina alemã.

Permite tal teoria que o juiz, em casos de fraude e de má-fé, desconsidere o princípio de que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros e os efeitos dessa autonomia, para atingir e vincular os bens particulares dos sócios à satisfação das dívidas da sociedade (lifting of corporate veil, ou seja, erguendo-se o véu da personalidade jurídica). (GONÇALVES, 2018, p. 125)

Com o que foi dito acima por Tartuce e Gonçalves entende-se então que, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica (teoria do levantamento do véu ou teoria da penetração na pessoa física ou disregard of the legal entity) surgiu como uma forma de remédio jurídico que buscava propiciar o recebimento de quem foi lesado por atitude fraudulenta envolvendo o uso de má-fé pessoa jurídica. Com isso em primeiro plano deve-se mostrar a diferença entre o que é o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, que está abarcado dentro da parte material do direito civil e o que é o incidente da desconsideração da personalidade jurídica que encontra amparo na parte processual, incidente esse que foi positivado através do Novo código de processo civil de 2015.

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, segundo Ceolin (2002), é um remédio jurídico que traz a oportunidade de afastar a personalidade jurídica de uma empresa para que a personalidade física do socio responda por uma situação particular.

Já para Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho a teoria da desconsideração da personalidade jurídica se define em:

Em linhas gerais, a doutrina da desconsideração pretende o superamento episódico da personalidade jurídica da sociedade, em caso de fraude, abuso, ou simples desvio de função, objetivando a satisfação do terceiro lesado junto ao patrimônio dos próprios sócios, que passam a ter responsabilidade pessoal pelo ilícito causado. (GAGLIANO; FILHO, 2019, p. 342)

É interessante destacar no comentário acima a palavra episódico, pois esta mostra umas das importantes características do instituto. Na desconsideração da personalidade jurídica o afastamento da personalidade é feito sem que se seja extinguida, logo ela é feita até que seja sanado o problema que a causou.

Ou ainda como está disposto no artigo 50 do Código civil, onde é legitimado tal instituto:

Art. 50 - Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso (Redação dada pela Medida Provisória nº 881, de 2019). (BRASIL, 2002)

Com a leitura do artigo 50 disposto no Código Civil de 2002 nota-se as condições necessárias para a aplicação do instituto, sendo elas, o abuso da personalidade por meio do desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

Nesta mesma linha de pensamento é firmado por Requinhão e Cerqueira que a vertente da teoria maior objetiva foi aquela escolhida para a aplicação no código civil em seu artigo 50, porém, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica vai muito além do que está disposto neste artigo, uma vez que possui aplicação em vários diplomas, como: direito empresarial, direito do consumidor e direito trabalhista.

A desconsideração da personalidade jurídica foi positivada no Direito Civil brasileiro no art. 50, do atual Código Civil, na vertente da sua teoria maior objetiva. Assim é que para que possa acontecer a desconsideração não basta que a separação patrimonial seja empecilho para o adimplemento obrigacional, mas também que isso seja consequência de ter havido abuso de personalidade, caracterizados no ordenamento pátrio como confusão patrimonial ou desvio de finalidade.

Entretanto, a verdade é que a desconsideração da personalidade jurídica no cenário nacional ultrapassou em muito a sistemática proposta no citado art. 50,

do Código Civil. Isso se deve a fatores diversos. Primeiramente ao já apontado fato de que não é o art. 50, do CC, o único ou o primeiro a tratar do tema. Aparece também em outros diplomas legais, inclusive com adoção de diferentes vertentes da teoria (REQUINHAO e CEQUEIRA, 2017, p. 10)

Logo, percebe-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica nasceu como uma solução, uma vez que o ordenamento brasileiro concede às pessoas jurídicas personalidades que possuem autonomia patrimonial em relação a seus membros. O que abre margem para que esta personalidade apartada sirva como uma proteção, de modo que haja fraudes ou que seja usado de má-fé contra credores e uma vez ocorrendo fraude, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, através do instituto é possível que seja desconsiderado o princípio da autonomia patrimonial, conforme Georg e Silva (2019). Assim, o véu que separa a pessoa jurídica de seus membros é afastado e é possível que seja tocado no patrimônio dos sócios para suprir o prejuízo causado pela fraude ou má-fé.

É relevante destacar que, quando é aplicado o instituto da personalidade jurídica o intuito é que haja o afastamento da personalidade e não que esta seja extinta.

[...] sempre foi preservada a noção de que tal disciplina não visa atingir a extinção da pessoa jurídica, representando portanto hipótese de ineficácia episódica do fenômeno da personificação, afastando, tão somente para o caso concreto, as consequências da separação patrimonial, estendendo a responsabilidade por determinados atos aos sócios ou administradores da pessoa jurídica, atingindo, assim, o patrimônio pessoal deste. (XAVIER, 2016, p. 68)

Além disso é interessante ainda dizer que a desconsideração traz além de seu objetivo quanto a evitar as fraudes e prejuízo contra credores, mostra também que a complicação não é o instituto da pessoa jurídica e sim o seu mau uso, conforme e dissertado professor de direito comercial Fabio Ulhoa Coelho:

O problema não está no perfil básico do instituto, mas no seu mau uso. O objetivo da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine ou piercing the veil) é exatamente possibilitar a coibição da fraude, sem comprometer o próprio instituto da pessoa jurídica, isto é, sem questionar a regra da separação de sua personalidade e patrimônio em relação aos seus membros. Em outros termos, a teoria tem o intuito de preservar a pessoa jurídica e sua autonomia enquanto instrumentos jurídicos indispensáveis à organização da atividade econômica, sem deixar ao desabrigo terceiros vítimas de fraude. (COELHO, 2012, p. 58-59)

Complementa-se então com o que é dito pelo professor Humberto Theodoro Junior:

O principal efeito da desconsideração da personalidade jurídica é imputar aos sócios ou administradores da empresa a responsabilidade pelos atos fraudulentos praticados em prejuízo de terceiros. Desta forma, a indenização será assegurada não apenas pelos bens da pessoa jurídica, mas, também, pelo patrimônio pessoal dos sócios ou administradores envolvidos. De igual sorte, ocorrendo a desconsideração inversa, a pessoa jurídica será responsabilizada

por obrigações contraídas por seu sócio, de modo que o patrimônio daquela será utilizado para a reparação dos danos provocados. (JUNIOR, 2016, p.526)

É possível compreender então que, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica é uma ferramenta utilizada pelo judiciário para que seja possível romper o véu da autonomia patrimonial que protege os sócios quanto ao toque em seu patrimônio quando estes usarem a personalidade jurídica de forma fraudulenta se encaixando no que está previsto na lei. E, além disso tem como efeito levar a responsabilidade pelo prejuízo de terceiros aos sócios que agiram de maneira fraudulenta.

3.3. MODALIDADES, TEORIAS E FORMAS

A teoria da desconsideração por ser um assunto muito debatido e utilizado desde sua criação acabou se dividindo em algumas modalidades, como é trazido por Bittencourt (2013, p.9), “Com a difusão do instituto e o aumento de sua utilização, a Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica vem sendo utilizada através de diversas modalidades, como, além da clássica, a desconsideração inversa, a lateral e a expansiva.”

Tratando a respeito da teoria clássica da desconsideração da pessoa jurídica, é dividida em duas teorias, sendo a maior e menor.

Conforme Coelho (2001), na teoria chamada de maior o juiz autoriza colocar de lado o princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, assim e evitando as fraudes e abusos, já a teoria menor traz que o simples prejuízo causado ao credor já enseja o afastamento da autonomia patrimonial. Importante destacar que, a teoria maior se faz presente no artigo 50 do código civil.

Além disso se faz importante destacar o que é exposto por Marlon Tomazette quanto a teoria maior:

Para a chamada teoria maior da desconsideração, não basta o descumprimento de uma obrigação por parte da pessoa jurídica, é necessário que tal descumprimento decorra do desvirtuamento da sua função. A personificação é um instrumento legítimo de destaque patrimonial e, eventualmente, de limitação de responsabilidade, que só pode ser descartado caso o uso da pessoa afaste-se dos fins para os quais o direito a criou.

A aplicação generalizada da desconsideração acabaria por extinguir uma das maiores criações do direito: a pessoa jurídica. Por isso, há que se ter cautela sempre, não considerando suficiente o não cumprimento das obrigações da pessoa jurídica. (TOMAZETTE, 2018, p. 272)

Já a teoria menor é adotada em parte pelo Código de defesa do consumidor e pela legislação ambiental, sendo que a principal diferença quanto a teoria maior, é de que na teoria menor basta que seja provado apenas a insatisfação quanto ao inadimplemento ocorrido pelo devedor, segundo o que nos ensina Franci e Filho (2014):

Ou seja, para que se proceda a desconsideração da personalidade jurídica da empresa (*disregard doctrine*) no rumo teórico menor, o traço de requerimento não necessita abarcar a existência de fraude, abuso de direito ou confusão

patrimonial, mas que o credor demonstre apenas a insatisfação do não pagamento do crédito feito pelo devedor. (FRANCI e FILHO, 2014, p. 5)

Nesse diapasão ainda se faz interessante complementar a respeito da teoria menor o que é dito por Flavio Tartuce:

A teoria menor da desconsideração, acolhida em nosso ordenamento jurídico excepcionalmente no Direito do Consumidor e no Direito Ambiental, incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. – Para a teoria menor, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios e/ou administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta administrativa proba, isto é, mesmo que não exista qualquer prova capaz de identificar conduta culposa ou dolosa por parte dos sócios e/ou administradores da pessoa jurídica. (TARTUCE, 2019, p.407)

Ainda finalizando esta parte das teorias o que mais chama atenção é que com a positivação do instituto no código civil de 2002 e a criação do incidente da desconsideração da personalidade jurídica no novo código de processo civil de 2015 houve uma maior segurança utilizando agora o que estava escrito em lei para julgar os casos concretos e não mais em teorias e discussões, como nos é colocado por Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2018).

A grande virtude, sem sombra de qualquer dúvida, da desconsideração da personalidade jurídica prevista no art. 50 – e todos reconhecem ser esta uma das grandes inovações do CC/2002 – é o estabelecimento de uma regra geral de conduta para todas as relações jurídicas travadas na sociedade, o que evita que os operadores do Direito tenham de fazer – como faziam – malabarismos dogmáticos para aplicar a norma – outrora limitada a certos microssistemas jurídicos – em seus correspondentes campos de atuação (civil, trabalhista, comercial etc.). (GAGLIANO; FILHO, 2019, p.349)

A desconsideração lateral, de acordo com Bittencourt (2013) é caracterizada tanto por um abuso de direito quanto por uma fraude à execução, uma vez que esta ocorre em uma situação onde é criada uma empresa “de fachada” que será usada somente para abrigar todos os bens daquela que está sendo executada, que forma que não seja encontrado nada quando for feita a cobrança. Com a aplicação da desconsideração lateral, sendo provado que realmente ocorreu tal ilegalidade permite-se alcançar esta empresa, mesmo que ela não faça parte do processo.

A desconsideração inversa, como o próprio nome já diz, ocorre da maneira contrária as demais. Ocorre a desconsideração inversa quando o socio “esconde” seu patrimônio na empresa, e com a utilização de tal instituto é possível fazer a busca de tal patrimônio, desconsiderando de certa forma a pessoa física e atingindo o patrimônio da pessoa jurídica, conforme Correa (2011)

Quanto a desconsideração expansiva leva-se em consideração o que expõe Bittencourt (2013):

A teoria tem como objetivo levantar o véu de uma sociedade criada com mero intuito fraudatório e atingir o patrimônio de quaisquer sócios ocultos dessa sociedade. [...] Um exemplo clássico de aplicação da teoria é de sócios que resolvem encerrar irregularmente as atividades de uma sociedade criada e, paralelo a isso, criam uma segunda sociedade cujo objeto é igual ao da primeira empresa, apenas para burlar os credores daquela e começarem uma sociedade nova sem qualquer dívida. (BITTENCOURT, 2013, p.14)

Por fim, é necessário dizer que, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica não se aplica somente ao código civil e processo civil, é aplicado a diversas áreas do direito, sendo que em algumas delas a forma de aplicação é diferente e outras.

De acordo com Requião e Cerqueira (2017), o código civil aplica a teoria maior na utilização do instituto da desconsideração, como já visto anteriormente e o código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) também assume a teoria maior em seu artigo 28 caputs:

O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. (BRASIL, 1990)

Porém no mesmo artigo 28 é aplicada em seu § 5º o entendimento da teoria menor do instituto, “Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.” Já no código tributário nacional, onde o instituto está disposto nos artigos 134 e 135, as causas para a aplicação são diferentes das citadas anteriormente, uma vez que existe a possibilidade da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica quando existir a dissolução irregular da sociedade, ou por simples violação da lei. E para concluir no direito do trabalho tal instituto está disposto no artigo 2º, §2º da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e nela existe a interessante possibilidade pelo TST da aplicação subsidiária tanto do artigo 28 do CDC quanto do artigo 50 do CC, conforme é elucidado por Requião e Cerqueira (2017).

4. INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA SOB A ÓTICA DO NCPC E O CONTRADITÓRIO

Com a criação do Novo Código de processo civil no ano de 2015, conforme comentado por Requião e Cerqueira (2017), Código este que veio com o intuito de reunir de forma democrática conceitos mais simples, mais seguros, mais rápidos, mais justo e mais efetivo, ou seja, um processo melhorado.

O novo Código não surge no vácuo epistêmico ou lógico. O novo código, ao revés, é o resultado da reunião democrática de opiniões voltadas a um processo melhor, mais

simples, mais célere, mais seguro, mais efetivo e, principalmente, mais justo. Nesse cenário, o novo código de processo civil instala-se no fiel da balança que ora pende para o lado da proteção (segurança e garantismo processual) ora pende para o lado da efetividade da tutela prometida. Trata-se de complexa relação há muito discutida na processualística. Tal aspecto carece de especial atenção na medida em que qualquer deslize é capaz de transformar o processo de instrumento de realização do direito em elemento de aniquilamento do próprio direito. (REQUINHAO e CEQUEIRA, 2017, p. 3)

Nos artigos 133 a 137 do Código de Processo civil de 2015 é trazido de forma nova o incidente da desconsideração da personalidade, dentro do título III denominado “Da intervenção de Terceiros”, ali ele é tratado juntamente com assistência, denunciação da lide, chamamento ao processo e *amicus curia*, conforme tratado por Genaro.

Trata-se de instrumento criado para regulamentar, do ponto de vista processual, quais os procedimentos necessários para a desconsideração da personalidade jurídica, assegurando aos terceiros a possibilidade de intervenção nos autos antes de sua responsabilização.

Em outras palavras, busca-se evitar a desconsideração da personalidade jurídica da empresa e constrição de bens patrimoniais dos sócios sem a prévia citação e oportunidade de defesa. (GENARO, 2017, p. 301-322)

Nesse sentido podemos ainda destacar a respeito da positivação do incidente da desconsideração da personalidade jurídica que:

O novo Código de Processo Civil instituiu-nos seus arts. 133 a 137 - o procedimento judicial (obrigatório e aplicável também à justiça do trabalho e aos juizados especiais, conforme dicção dos arts. 15, 795, § 4.º e 1.062 do referido diploma) para se promover a desconsideração da personalidade jurídica.

Em linhas gerais, a desconsideração da personalidade jurídica no novo Código de Processo Civil é uma intervenção de terceiros que provoca necessariamente uma mudança no polo passivo da demanda, já que num primeiro momento haverá sua ampliação (com a formação de litisconsórcio passivo), em razão da inclusão do sócio (ou da pessoa jurídica, no caso da desconsideração inversa e da desconsideração fundada na Consolidação das Leis Trabalhistas) e num segundo momento poderá ocorrer sua substituição, com a exclusão do réu/executado original. (ARAÚJO, 2016, p. 9)

A criação do incidente da desconsideração foi um divisor de águas quanto ao instituto, pois antes do novo Código de processo civil o assunto era tratado por meio de jurisprudência. Em alguns âmbitos haviam, conforme argumentado por Genaro (2017), correntes doutrinárias que diziam que a desconsideração da personalidade jurídica deveria ser sempre feita em um processo apartado e que não seria correto fazê-la nos próprios autos.

Reforçando ainda quanto a questão de como era tratado o processo de desconsideração antes do incidente temos o que é explanado por Humberto Theodoro Junior:

A despeito da previsão na lei material, o instituto carecia de regulação processual. Assim, coube à jurisprudência dar forma à desconsideração.

Entendiam os tribunais que ela poderia ocorrer incidentalmente nos próprios autos da execução, sem necessidade de ajuizamento de ação própria.

Demonstrando o credor estarem presentes os requisitos legais, o juiz deveria levantar o véu da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atingisse os bens particulares de seus sócios, de forma a impedir a concretização de fraude à lei ou contra terceiros. Somente após a desconsideração, os sócios eram chamados a integrar a lide e interpor os recursos cabíveis. O contraditório e a ampla defesa, destarte, eram realizados a posteriori, mas de maneira insatisfatória, já que, em grau de recurso, obviamente, não há como exercer plenamente a defesa assegurada pelo devido processo legal.

Suprindo a lacuna processual, o novo Código cuidou da matéria nos arts. 133 a 137, traçando o procedimento a ser adotado na sua aplicação, de maneira a submetê-lo, adequadamente, à garantia do contraditório e ampla defesa. (JUNIOR, 2015, p.183-184)

Atualmente com a vigência do novo código de processo civil esse assunto já está pacificado.

O Código de Processo Civil, em harmonia com o entendimento consolidado pelo Poder Judiciário, também admitiu a possibilidade de a desconsideração da personalidade jurídica ser determinada por meio de incidente processual. Todavia, importante destacar que parte da doutrina entende que, no caso, não seria um incidente processual, mas um verdadeiro processo incidental, em razão do surgimento de uma nova relação jurídica processual, de natureza constitutiva, tendo em vista que se discute uma nova situação jurídica.

Além disso, o Código de Processo Civil de 2015 estabeleceu que a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em qualquer fase do processo, inclusive no Tribunal. (GENARO, 2017, p.301-322)

Faz-se interessante destacar que é possível ingressar com a ação da desconsideração de duas formas, sendo a primeira na petição inicial já requerer a desconsideração da personalidade jurídica, ou por via do incidente da desconsideração da personalidade jurídica em qualquer momento do processo. Para que seja possível o melhor entendimento quando a essas duas formas temos o que é explicado pelo professor Humberto Theodoro Junior:

Desconsideração requerida com a petição inicial:

Pode o autor, ao ajuizar a ação, apresentar provas da utilização indevida da personalidade jurídica da empresa e requer a sua desconsideração, para atingir os bens particulares dos sócios ou administradores responsáveis pelos atos fraudulentos. Nesse caso, o requerente promoverá a citação do sócio ou da pessoa jurídica para integrar a lide e contestar o pedido de desconsideração (art. 134, § 2º). Assim, não será necessária a instauração de um incidente específico, nem mesmo a suspensão do processo, na medida em que a defesa a respeito da desconsideração será apresentada pelos réus com a contestação. De igual forma, as provas eventualmente requeridas serão realizadas durante a instrução processual, devendo o juiz julgar o pedido de desconsideração com a sentença.

Desconsideração requerida como incidente:

Se o requerente não tiver conhecimento da fraude ao ajuizar a ação, o pedido pode ser feito posteriormente, durante a marcha processual, por meio de simples petição em que se comprovem os requisitos legais. Em tal circunstância, a instauração do incidente suspenderá o processo (art. 134, § 3º). O incidente

pode ser instaurado em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial (art. 134, caput).

A instauração do incidente de desconsideração será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas (art. 134, § 1º), em decorrência da ampliação subjetiva da relação processual originária. Além disso, o sócio ou a pessoa jurídica serão citados para apresentar defesa e requerer as provas cabíveis no prazo de quinze dias (art. 135), a fim de cumprir-se a garantia fundamental do contraditório.

O incidente deverá ser julgado pelo juiz logo após a defesa ou depois de realizada a instrução, se necessária, por meio de decisão interlocutória, contra a qual caberá agravo de instrumento (arts. 136, caput, e 1.015, IV). Se o incidente for resolvido em sede recursal, pelo relator, a decisão será atacável por meio de agravo interno (art. 136, § 1º).

Desconsideração requerida em execução ou no cumprimento de sentença:

Na hipótese de a desconsideração da personalidade jurídica ser requerida nos autos da execução ou durante o cumprimento de sentença, mesmo quando a formulação do pedido se der na própria petição inicial ou no requerimento do cumprimento da sentença, será sempre obrigatória a observância do incidente regulado pelos arts. 134 a 136. É que o procedimento executivo, em sua forma pura, não tem sentença para resolver sobre a responsabilidade nova (a do sócio ou da pessoa jurídica não devedores originariamente) e, sem tal decisão, faltarão título executivo para sustentar o redirecionamento da execução. Somente, portanto, por meio do procedimento incidental em tela é que, cumprido o contraditório, se chegará a um título capaz de justificar o redirecionamento. Cabe, pois, ao incidente a função de constituir o título legitimador da execução contra aqueles a que se imputa a responsabilidade patrimonial pela obrigação contraída em nome de outrem. (JUNIOR, 2016, p. 524-525)

Durante o tramite processual, a qualquer momento, se fizer necessário o pedido da desconsideração da personalidade jurídica este será feito de maneira incidental, conforme rege os artigos 133 a 137 do código de processo civil. Sendo que pode ser proposto pelas partes ou pelo próprio ministério público, mas quanto a legitimidade é importante destacar que conforme parte dos doutrinadores não é acolhido a desconsideração de ofício pelo magistrado, a não ser que, por exemplo em um caso que envolva violação do direito do consumidor, segundo elucidado por Genaro (2017).

Tratando diretamente do incidente da desconsideração dentro do novo código civil percebe-se que agora positivado possui um procedimento com características a serem seguidas, quando a essas características nos é trazido a explicação do professor Fredie Didier *in verbs*:

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica possui algumas características dignas de nota.

a) Cabe em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento da sentença e na execução de título extrajudicial (art. 134, caput, CPC). Assim, não é possível desconsiderar a personalidade jurídica sem a observância desse procedimento - mesmo na execução de título extrajudicial e no cumprimento de sentença.

b) A desconsideração da personalidade jurídica não pode ser determinada ex ofício pelo órgão julgador. O incidente de desconsideração da personalidade

jurídica depende de pedido da parte ou do Ministério Público, nos casos que justificam a sua intervenção (art. 133, CPC). De acordo com o inciso VI do art. 932 do CPC, cabe ao relator decidir o requerimento de desconsideração da personalidade jurídica, quando formulado perante o tribunal.

c) Nada obstante ser exemplo de intervenção de terceiro, admite-se a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis (art. 1.062, CPC).

d) O requerimento de desconsideração da personalidade jurídica será dirigido ao sócio ou à pessoa jurídica, cujo patrimônio se busca alcançar. Como o incidente serve também para a desconsideração inversa - muito utilizada em questões de família, quando um dos cônjuges esconde seus bens em uma pessoa jurídica -, será bem frequente o direcionamento do requerimento de desconsideração a uma pessoa jurídica.

Esse requerimento pode ser formulado já na petição inicial (art. 134, §2º, CPC). Nesse caso, o autor pode valer-se da técnica do litisconsórcio eventual, caso formule pedido dirigido também à sociedade - sobre o tema, ver o capítulo sobre litisconsórcio, neste volume do Curso. Formula-se um pedido contra a pessoa jurídica e, eventualmente, o pedido de desconsideração contra o sócio - no caso da desconsideração inversa, inverte-se também a ordem.

[...]

e) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, além de trazer sujeito novo, amplia também o objeto litigioso do processo. Acresce-se ao processo um novo pedido: aplicação da sanção da desconsideração da personalidade jurídica ao terceiro. [...]

g) A instauração do incidente suspende o processo, salvo quando a desconsideração foi requerida na petição inicial, quando, como vimos, não é caso de intervenção de terceiro (art. 134, § 2º, CPC). A instauração deve ser imediatamente comunicada ao distribuidor, para que proceda às anotações devidas (art. 134, § 1º, CPC). h) o incidente será resolvido por decisão interlocutória - impugnável por agravo de instrumento (art. 1.015, IV, CPC). Se for por decisão de relator, o caso é de agravo interno (art. 136, par. ún., CPC). Se porventura o juiz decidir o incidente na sentença, o caso é de apelação (art. 1.022, CPC).

i) Aplica-se ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica o regime da tutela provisória da urgência. Pode-se, então, pedir a antecipação dos efeitos da desconsideração, uma vez preenchidos os pressupostos gerais da tutela de urgência (arts 300 e segs., CPC).

j) Acolhido o requerimento de desconsideração, a alienação em fraude à execução, feita após a instauração do incidente, será ineficaz em relação ao requerente (art. 137, CPC). Sobre a fraude à execução, ver o v. 5 deste Curso.

k) O Ministério Público somente intervir no incidente de desconsideração de personalidade jurídica, se ocorrer uma das hipóteses do art. 178 do CPC. (DIDIER JR., 2015, p. 519-520)

Entende-se como características do incidente então o fato de ser cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em títulos executivos extrajudiciais; não pode ser aplicado de ofício pelo juiz; deve observar os requisitos previstos em lei; pode ser resolvido por decisão interlocutória; permite a possibilidade de desconsideração inversa; com base no que está disposto nos artigos 133 a 137 do novo código de processo civil de 2015 (Lei 13.105 de 16 de março de 2015)

Ainda cabe dizer que ao incidente é dado efeito suspensivo e além disso sua decisão produz coisa julgada material, de acordo com Genaro (2017).

Por se tratar de decisão interlocutória, conforme expressamente previsto no Código de Processo Civil de 2015, temos que a decisão faz coisa julgada material e, dessa forma, produz efeitos futuros, aplicando-se para os demais processos em trâmite e também para casos futuros, desde que a situação fática e jurídica seja a mesma. [...]

A instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica deve suspender o processo principal, nos termos do Código de Processo Civil. Trata-se de previsão legal em absoluta harmonia com a nova sistemática trazida pelo Código de Processo Civil de 2015, impedindo a prolação de qualquer decisão judicial que venha a afetar a esfera patrimonial de terceiro sem a sua prévia oitiva e participação. (GENARO, 2017, p.301)

É necessário ressaltar ainda que, o incidente além do intuito já citado acima também veio para fornecer a aquele que está no polo passivo da ação a possibilidade de exercer de forma justa e eficaz o contraditório, conforme nos traz os doutores Requião e Cerqueira, *in verbis*:

Cumpre salientar que o incidente de desconsideração da personalidade jurídica converte um terceiro em parte de modo a lhe onerar com os encargos que são próprios e garantidos pelo contraditório e ampla defesa. O intuito da conversão é permitir que o terceiro interveniente discuta não somente a desconsideração requerida, senão atue de maneira direta na proteção de seus interesses em face da pretensão formulada na demanda em que se instaurou o incidente. Caso deferida a desconstituição, a decisão constituir-se-á em título executivo em face do sócio ou da pessoa jurídica interveniente que até então não constava como responsável ou devedor da obrigação. (REQUIÃO; CERQUEIRA, 2017, p.13)

Seguindo por este norte Humberto Dalla Bernardina de Pinho e Marina Silva Fonseca apresentam pontos para reflexão sobre o contraditório dentro da aplicação do incidente da desconsideração:

[...] o intuito de que imbuído o Novo CPC ao disciplinar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Diante de um cenário jurisprudencial que admite a desconsideração incidental, porém à custa de recorrentes violações ao efetivo contraditório (como a ostergação da defesa dos atingidos pela disregard após o deferimento da medida pelo juízo), mostrou-se imperiosa a ordenação procedimental do expediente, conformando-a aos ditames do processo justo.

Nessa linha, prevê o art. 135 do Novo Código a exigência de citação dos sócios (ou, no caso da desconsideração inversa, da pessoa jurídica), oportunizando-lhes a apresentação de defesa (no prazo de 15 dias) e a produção probatória. Somente ao cabo da fase instrutória, decidirá o juízo quanto à ocorrência dos pressupostos à desconsideração, deferindo-a ou a indeferindo através de decisão interlocutória, nos termos do art. 136.

Alinha-se o Código ao entendimento doutrinário majoritário, segundo o qual, para assegurar o contraditório efetivo, este deve se desenvolver previamente à decisão pela desconsideração e com ampla possibilidade de produção probatória a ambas as partes. (PINHO; FONSECA, 2016, p.20)

Levando em consideração o que foi apresentado acima pode-se destacar que o incidente de desconsideração da personalidade jurídica foi positivado no novo código de processo civil com o objetivo de trazer um maior contraditório para o polo passivo da ação garantindo-lhe um acesso mais facilitado ao contraditório e ampla defesa.

4.1. DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

O contraditório em ampla defesa além de requisitos para um processo justo são princípios constitucionais, previstos em clausula pétrea dentro do rol dos direitos e garantias fundamentais mediante o artigo 5º, inciso LV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Onde lá está descrito o seguinte: “aos litigantes, em processo judicial o administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

Assim logo de cara é possível perceber o quão importante são estes dois princípios, sendo assim é notável uma explicação minuciosa a seus respeitos.

O princípio do Contraditório conforme dito pela professora Iara Menezes Lima (2007) possui sua primeira menção dentro do artigo 122, § 11 da Constituição Federal de 1937, onde estava descrito *in verbis*:

Á exceção do flagrante delito, a prisão não poderá efetuar-se senão depois de pronúncia do indiciado, salvo os casos determinados em lei e mediante ordem escrita da autoridade competente. Ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, senão pela autoridade competente, em virtude de lei e na forma por ela regulada; a instrução criminal será contraditória, asseguradas antes e depois da formação da culpa as necessárias garantias de defesa; (BRASIL, 1937)

Como percebe-se com a leitura do artigo acima a descrição a respeito deste princípio dentro da atual constituição é muita mais clara do que na constituição de 1937.

Quando ao conceito do princípio do contraditório por meio de uma ótica mais civilista temos o que é escrito por Humberto Theodoro:

O sistema do processo de conhecimento é dominado pelo princípio do contraditório, que consiste em garantir-se às partes o direito de serem ouvidas, nos autos, sobre todos os atos praticados, antes de qualquer decisão (NCP, arts. 9º e 10). O processo é, dessa forma, essencialmente dialético e a prestação jurisdicional só deve ser concretizada após amplo e irrestrito debate das pretensões deduzidas em juízo (JUNIOR, 2016, p. 1016)

De uma maneira simples se extrai do entendimento do autor que o contraditório é o direito que as partes de um processo possuem quanto ao fato de serem ouvidas sobre todo e qualquer ato perpetrados e antes de qualquer decisão.

Ainda sobre o princípio do contraditório é dito por José Augusto Delgado o seguinte:

A obediência ao princípio do contraditório, nos limites que a doutrina e a jurisprudência entendem como deve ele ser aplicado, constitui elemento caracterizador da democratização do processo, por permitir o encontro da verdade que irá influir na fixação do julgamento da causa com absoluta transparência e efetiva participação das partes. (DELGADO, 2001, p. 34)

Neste mesmo sentido utilizando o que foi dissertado por Fredie Didier temos além da definição de tal princípio sua divisão em duas garantias.

O princípio do contraditório é reflexo do princípio democrático na estruturação do processo. Democracia é participação, e a participação no processo opera-se pela efetivação da garantia do contraditório. O princípio do contraditório deve ser visto como exigência para o exercício democrático de um poder.

O princípio do contraditório pode ser decomposto em duas garantias: participação (audiência, comunicação, ciência) e possibilidade de influência na decisão.

A garantia da participação é a dimensão formal do princípio do contraditório. Trata-se da garantia de ser ouvido, de participar do processo, de ser comunicado, poder falar no processo. Esse é o conteúdo mínimo do princípio do contraditório e concretiza a visão tradicional a respeito do tema. De acordo com esse pensamento, o órgão jurisdicional efetiva a garantia do contraditório simplesmente ao dar ensejo à ouvida da parte.

Há, porém, ainda, a dimensão substancial do princípio do contraditório. Trata-se do "poder de influência". Não adianta permitir que a parte simplesmente participe do processo. Apenas isso não é o suficiente para que se efetive o princípio do contraditório. É necessário que se permita que ela seja ouvida, é claro, mas em condições de poder influenciar a decisão do órgão jurisdicional. (DIDIER JR., 2019, p.78-79)

Neste diapasão entende-se que o princípio estabelece um ambiente democrático ao processo legal, trazendo a exigência de que todos possam ser ouvidos e não somente isso se divide em duas garantias, sendo a primeira a garantia da participação, que se refere ao direito de ser ouvido como já firmado anteriormente e a segunda sendo o poder de influência, onde as partes além de serem ouvidas possam ainda influenciar quanto a decisão que será dada.

Agora falando sobre o princípio da ampla defesa este com base no que é dito por Iara Menezes Lima (2007), foi mencionado pela primeira vez antes ainda do princípio do contraditório, estando citado dentro do artigo 72, § 16 da Constituição Federal de 1891: “Aos acusados se assegurará na lei a mais plena defesa, com todos os recursos e meios essenciais a ella, desde a nota de culpa, entregue em vinte e quatro horas ao preso e assignada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas”.

José Augusto Delgado tendo em vista a conceituação do princípio da ampla defesa observa com propriedade que:

O princípio da ampla defesa é decorrente de um outro princípio condicionador da democracia: o do devido processo legal. Este exige plenitude de defesa no processo civil, sob pena de haver, pela infringência de qualquer uma das regras que o estrutura, nulidade da relação jurídica formal instaurada. (DELGADO, 2001, p. 35)

Este princípio anda sempre junto com o princípio do contraditório, porém possuem suas distinções, entretanto existe divergências quanto a este entendimento, como é dito por Fredie Didier, in verbis:

[...] a ampla defesa é "direito fundamental de ambas as partes",⁴⁸ consistindo no conjunto de meios adequados para o exercício do adequado contraditório. Atualmente, tendo em vista o desenvolvimento da dimensão substancial do princípio do contraditório, pode-se dizer que eles se fundiram, formando uma amálgama de um único direito fundamental.

A ampla defesa corresponde ao aspecto substancial do princípio do contraditório. (GAGLIANO; FILHO, 2019, p.86-87)

Pode-se concluir então que, o princípio da ampla defesa busca que dentro do devido processo legal exista um ambiente no qual seja propiciado o necessário para que qualquer parte possa se defender.

4.2. O INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE E O CONTRADITÓRIO

Antes da positivação do incidente da desconsideração da personalidade jurídica no novo código de processo civil, este era aplicado através de entendimentos jurisprudenciais, mas nesses casos muitas vezes não era respeitados o necessário para que ocorresse o devido processo legal conforme é afirmado por Humberto Dalla Bernardina de Pinho e Marina Silva Fonseca:

A desconsideração incidental há muito vinha sendo admitida pela jurisprudência, tendo a normatização empreendida pelo Novo Código o inegável mérito de trazer segurança jurídica ao tema, prevendo tratamento aplicável uniformemente à generalidade dos processos e deferente às garantias constitucionais-processuais. (PINHO; FONSECA, 2016, p. 17)

Neste sentido, complementa-se com o que é dito por Adilson Pereira Junior:

A desconsideração da personalidade jurídica, lastreada na teoria da disgregar doctrine ou disregard legal entity, ganhou largo espaço normativo, tendo sido admitida no âmbito do direito consumerista (art. 28 do CDC), do direito civil (art. 50 do CC), no direito ambiental (art. 4º da lei 9.605/98) e no campo do direito econômico (art. 34 da lei 12.529/11), bem como possui grande aplicação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Entretanto, padecia o direito processual da ausência de uma regulamentação quanto ao procedimento para apuração e eventual reconhecimento da desconsideração. A matéria restou finalmente disciplinada nos artigos 133 a 137 do novo Código de Processo Civil. (JUNIOR, 2017, p.1)

Tendo em vista como era aplicado o instituto da desconsideração da personalidade jurídica antes do incidente e como ele é aplicado agora nasceu o seguinte questionamento: A regulamentação no Código de Processo Civil de 2015 garantiu o contraditório para os sócios diante de um pedido de desconsideração da personalidade jurídica?

Quanto a isso é interessante levar em consideração o que é dito por Aldem Johnston Barbosa Araujo, *in verbis*:

Importante, ainda, é registrar que este incidente - que não estava previsto expressamente na legislação processual anterior - vem assegurar o pleno respeito ao contraditório e ao devido processo legal no que diz respeito à desconsideração da personalidade jurídica. É que sem a realização desse incidente, o que se via era a apreensão de bens de sócios (ou da sociedade, no caso de desconsideração inversa) sem que fossem eles chamados a participar, em contraditório, do processo de formação da decisão que define sua responsabilidade patrimonial. O Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, ao tempo da legislação processual anterior, admitia a desconsideração da personalidade jurídica sem prévia citação daqueles que seriam atingidos pelos efeitos da decisão, diferindo-se o contraditório (STJ, REsp 1.266.666/SP, j. 09.08.2011, rel. Min. Nancy Andrighi). Este entendimento, porém, contraria frontalmente o modelo constitucional de processo brasileiro, já que admite a produção de uma decisão que afeta diretamente os interesses de alguém sem que lhe seja assegurada a possibilidade de participar com influência na formação do aludido pronunciamento judicial (o que só seria admitido, em caráter absolutamente excepcional, nas hipóteses em que se profere decisão concessiva de tutela de urgência, e mesmo assim somente nos casos nos quais não se pode aguardar pelo pronunciamento prévio do demandado). Ora, se ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal, então é absolutamente essencial que se permita àquele que está na iminência de ser privado de um bem que seja chamado a debater no processo se é ou não legítimo que seu patrimônio seja alcançado por força da desconsideração da personalidade jurídica.

Desta forma, ao instrumentalizar a desconsideração da personalidade jurídica, o novo Código de Processo Civil criou procedimentos para alterar não só o polo passivo da demanda como também a responsabilidade patrimonial (art. 789 do CPC/2015 (LGL\2015\1656)) sem, contudo, descuidar do contraditório e da ampla defesa. (ARAUJO, 2016, p. 10)

Neste sentido cita-se ainda o que é dito por Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho sobre a inovação do novo código civil respondendo o questionamento acima colocado.

Uma das mais louváveis inovações do Código de Processo Civil de 2015, com o estabelecimento da previsão do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, é a “procedimentalização” da defesa.

Ou seja, assentado que se deve assegurar o direito constitucional ao contraditório, o prazo para manifestação do sócio ou pessoa jurídica é de 15 (quinze) dias.

Não por acaso é o mesmo prazo para a defesa na cognição, o que uniformiza a questão, tanto para a desconsideração originária quanto para a ulterior, pelo menos nos termos do sistema processual civil.

Claro que a norma deve ser devidamente adequada a procedimentos especiais (ou com previsões diferenciadas de oportunidade para a resposta do réu), como, por exemplo, no processo do trabalho, em que a defesa é apresentada em mesa de audiência, na cognição.

O contraditório é garantido de forma substancial, ou seja, não é somente dar prazo para resposta, mas também permitir a produção de prova sobre a matéria discutida nos autos, o que deve ser observado pelo magistrado, procedendo-se

com a devida instrução, antes de julgar o incidente. (GAGLIANO; FILHO, 2019, p. 360)

Com base no que é dito pelos autores acima citados entende-se que o incidente do da desconsideração da personalidade jurídica trouxe sim mais segurança ao processo no que se diz respeito do cumprimento do devido processo legal e o contraditório e ampla defesa a parte no polo passivo da demanda.

5. CONCLUSÃO

No passado o ser humano aprendeu que a vida em grupo era mais vantajosa e que a união deixava os fardos mais leves. Com o passar do tempo e a evolução das sociedades os indivíduos passaram a usar dessa união para unir pessoas que possuíam um mesmo objetivo para montar instituições, que mais tarde seriam chamadas de sociedades empresárias.

Com o advento destas sociedades surgiu a pessoa jurídica, que possuiu diversas teorias e discussões até que se entendeu que esta seria um ente dotado de direitos e deveres que não se confundia com os sócios, mas que dependeria da vontade criadora dos sócios e o cumprimentos dos requisitos dispostos em lei para fosse possível sua constituição.

A pessoa jurídica trouxe diversos ganhos a sociedade, e trouxe de certa forma também uma tranquilidade aos sócios, uma vez que quem assumia a responsabilidade pelos atos da empresa seria a própria empresa. O problema surge a partir do momento que de má-fé muitos indivíduos passam a se aproveitar dessa “vantagem” dada pela autonomia patrimonial para cometer fraudes e atos ilícitos. Porém o problema como é notório não advém da pessoa jurídica e sim de seu mau uso, sendo assim era necessário um remédio processual que coibisse estas fraudes, e que uma vez ocorridas, possibilitasse a reparação daquele que foi lesado.

Assim nasceu o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, disciplinando que em caso de abuso da vantagem dada pela personalidade jurídica, constatando-se que existindo desvio de finalidade ou confusão patrimonial seja possível solicitar ao juiz que fosse desconsiderada a personalidade jurídica e que fosse possível buscar pelo pagamento devido através do patrimônio dos sócios.

Mas, com o tempo e observando o caso concreto se viu necessário a positivação quanto a sua posição processual, pois o instituto era analisado e julgado com base principalmente no âmbito jurisprudencial. E, estes julgamentos estavam ferindo o devido processo legal, uma vez que a parte passiva do processo de desconsideração não possuía o devido direito ao contraditório da parte.

Com isso dentro do novo código de processo civil é positivado o Incidente da desconsideração da personalidade jurídica nos artigos do 133 ao 137, com o objetivo de regulamentar o processo de aplicação do instituto e trazer agora a possibilidade da aplicação através de um processo incidental. Mas, a regulamentação no novo CPC garantiu o contraditório para os sócios diante de um pedido de desconsideração da personalidade jurídica?

Tendo como base o estudo feito neste trabalho é possível concluir que sim, o novo código de processo civil conseguiu através da regulamentação do instituto pelo incidente possibilitar um contraditório efetivo ao sócio diante de um pedido desconsideração da personalidade jurídica.

Haja visto que como antes não havia posituação deste incidente dentro do código de processo civil de 2015 houve um grande ganho com sua posituação, pois agora tanto as partes como o legislador possuem um caminho claro a seguir, e com isso é facilitado o cumprimento dos requisitos ao devido processo legal.

Prova disso é o que pode ser observado dentro do próprio código como: quando instaurado o processo o sócio citado possui o prazo de quinze dias para produzir as provas cabíveis, ou quanto ao efeito suspensivo que o incidente possui, além da possibilidade do processo poder ser resolvido via decisão interlocutória.

6. BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, H. A Desconsideração da Personalidade Jurídica – Modalidades e Possibilidade. Rio de Janeiro-RJ. 2013.

BRASIL. Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Art. 50. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm> Acesso em: 10 de abr. 2020.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Capítulo IV - Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos, Seção V- Da Desconsideração da Personalidade Jurídica, Art. 28. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm> Acesso em 12/04/2020.

CASSETTARI, Christiano. Elementos de direito civil – 6. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CEOLIN, Ana C. Santos. Abuso na aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Belo Horizonte, Del Rey, 2002.

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Saraiva. São Paulo – SP. ed. 4, 2001.

_____. Curso de Direito Comercial. v.2 16.ed. São Paulo – SP. Saraiva, 2012.

CORREA, Mariana Rocha. A Eficácia Da Desconsideração Expansiva Da Personalidade jurídica No Sistema Jurídico Brasileiro. Rio de Janeiro-RJ, EMERJ, 2011.

COSTA, Débora R.L. Ferreira. Reparação do dano à imagem das pessoas jurídicas. São Paulo-SP, PUC, 2010.

DELGADO, José Augusto. Princípio da instrumentalidade, do contraditório, da ampla defesa e modernização do processo civil. Revista Jurídica, São Paulo, ano 49, n. 285, p. 31-60, jun. 2001.

DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 17. ed. – Salvador-BA. Ed. Jus Podivm, 2015. v. I.

DINIZ, M. H. A oportuna processualização da desconsideração da personalidade jurídica. Revista Thesis Juris – RTJ. São Paulo, V. 5, N.1, p. 193-217, 2016.

_____. Curso de direito civil brasileiro, volume 1: teoria geral do direito civil/ Maria Helena Diniz – 29 ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil, volume 1: parte geral. 21.ed. São Paulo – SP. Saraiva Educação, 2019.

GENARO, Leandro Lopes. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e as execuções fiscais. Revista dos Tribunais, vol. 978/2017, p. 301 – 322, Abr / 2017.

GEORG, Cecília Victória Sassine; SILVA, Osmar Vieira da. O instituto da desconsideração da personalidade jurídica e da desconsideração inversa no código de processo civil de 2015. Revista

Jurídica da UniFil, [S.l.], v. 16, n. 16, p. 184-196, out. 2019. ISSN 2674-7251. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/rev-juridica/article/view/1153>> Acesso em: 06 abr. 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 1: parte geral. 14 ed. São Paulo – SP. Saraiva, 2016.

_____. Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral. 16. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

IHERING, Rudolf von. A luta pelo direito. Prefácio de Clovis Bevilacqua; tradução e notas por Ivo de Paula]. São Paulo- SP, editora Pillares, 2009.

JUNIOR, Adilson Pinto Pereira. O contraditório na desconsideração da personalidade jurídica. Migalhas. 18 de outubro de 2017. Disponível em: < <https://migalhas.uol.com.br/depeso/267311/o-contraditorio-na-desconsideracao-da-personalidade-juridica>> Acesso em 19 de novembro de 2020.

JUNIOR, Claudimir Supioni. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicação na justiça do trabalho. Revista de Direito do Trabalho | vol. 170/2016 | p. 81 - 104 | Jun-Jul/2016 DTR\2016\20494.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. 1 56. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro – RJ. Forense, 2015.

KÜMPEL, V. F. A desconsideração da personalidade Jurídica no novo CPC. Migalhas, 2018. Disponível em:<<https://www.migalhas.com.br/Registralhas/98,MI218182,81042A+desconsideracao+da+personalidade+Juridica+no+novo+CPC>> Acesso em: 29/08/2018.

LIMA, Iara Menezes. O Devido Processo Legal e Seus Principais Corolários: Contraditório e ampla defesa. Revista Brasileira De Estudos Políticos, 96, 161-190, 2007.

MESQUITA, Francisca J. P. O incidente da desconsideração da personalidade jurídica do novo cpc. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/67278/o-incidente-da-desconsideracao-da-personalidade-juridica-do-novo-cpc>> Acesso em: 16/09/2019.

NETO, Ahyrton Lourenço. Direito civil – Livro 04 - Pessoa Jurídica. IESDE BRASIL S.A, 2020. Disponível em: < <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17839/material/Direito%20Civil%20-%20Livro%2004%20-%20Pessoa%20Jur%C3%ADica.pdf>> Acesso em: 16/09/2019.

PASA, J. A teoria da desconsideração da pessoa jurídica no Brasil. Disponível em:< http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4534> Acesso em

04/06/2019.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina; FONSECA, Mariana Silva. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica do Novo CPC. GenJurídico, 19 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2016/01/19/o-incidente-de-desconsideracao-da-personalidade-juridica-do-novo-cpc/>> Acesso em:16 nov. 2020.

RAAD, G. R. Breve análise sobre a importância do precedente britânico Salomon v. Salomon para o Direito Empresarial. Disponível em:

http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10112&revista_caderno=8> Acesso em 04/06/2019.

REQUIÃO, Maurício; CERQUEIRA, Társis. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica: o novo código de processo civil entre a garantia e a efetividade. Revista de Direito Civil Contemporâneo, v.10, 2007.

ROCHA, Mauro Antônio. O regime da afetação patrimonial na incorporação imobiliária. Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, 2020. Disponível em: < <https://www.irib.org.br/obras/o-regime-da-afetacao-patrimonial-na-incorporacao-imobiliaria>> Acesso em 15 de novembro de 2020.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. 30. Ed. São Paulo: Saraiva, 2000, v. 1.

SILVA, Maria do Rozário. A desconsideração da personalidade jurídica aplicada ao processo do trabalho. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/19118/a-desconsideracao-da-personalidade-juridica-aplicada-ao-processo-do-trabalho/2>> Acesso em: 24/03/2020.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: lei de introdução e parte geral – v. 1. – 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

_____. Manual de direito civil: volume único / Flávio Tartuce. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

TOMAZETTE, Marlon. A desconsideração da personalidade jurídica: a teoria, o código da defesa do consumidor e o novo código civil. Revista dos Tribunais | vol. 794/2001 | p. 76 - 94 | Dez / 2001 Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor | vol. 5 | p. 1331 - 1356 | Abr / 2011 DTR\2001\495.

XAVIER, José T. Neves. A Evolução da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica: Aspectos Materiais e Processuais. EMERJ, Rio de Janeiro, v.19, N.75, p. 56-85, set. 2016.